

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES
DA DIRETORIA DA ADUSP
abril/2017 a março/2018**

Índice

1. Introdução.....	4
2. Conjuntura Nacional.....	5
3. principais lutas e ações do período.....	8
3.1.Dimensão Estadual e Nacional.....	8
3.2.Dimensão interna à Universidade de São Paulo.....	12
3.3.Dimensão da organização sindical.....	35
4. Campanha Salarial.....	40
5. Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Internas (CI).....	42
5.1 GT – Ciência e Tecnologia (GT-C&T).....	42
5.2 GTPAUA - Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental – do Andes-SN.....	43
5. 3 GT – Política Educacional (GTPE).....	45
5.4 GT Saúde.....	46
6. Participação nas atividades do Andes-SN.....	49
7. Representação da Adusp em diversas atividades.....	50
8. Eleições para a diretoria da Adusp e Conselho de Representantes (CR).....	51
9. Atuação do Conselho de Representantes (CR).....	52
10. Comunicação.....	53
11. Informática.....	54
12. Jurídico.....	55
13. Relatório da Regional de Piracicaba.....	60
14. Relatório da Regional de Pirassununga.....	62
15. Relatório das Atividades da Regional de Ribeirão Preto.....	63
16. Relatório da Tesouraria: abril de 2017 a março de 2018.....	68

DIRETORIA GESTÃO 2017/2019

Presidente	Rodrigo Ricupero (FFLCH)
1º Vice-Presidente	Ivã Gurgel (IF)
2ª Vice-Presidente	Michele Schultz Ramos (EACH)
1ª Secretária	Ana Luiza Jesus da Costa (FE)
2º Secretário	Cláudio Alvarenga de Oliveira (FMVZ)
1º Tesoureiro	Waldir Beividas (FFLCH)
2ª Tesoureira	Lilian Gregory (FMVZ)
Diretor Regional de Bauru	Eliel Soares Orenha (FOB)
Diretor Regional de Piracicaba	Marcos Sorrentino (ESALQ)
Diretora Regional de Ribeirão Preto	Annie Hsiou (FFCLRP)

1. Introdução

A Adusp, Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, durante o ciclo de abril de 2017 a março de 2018, se engajou em diversas lutas e desenvolveu várias iniciativas que serão descritas, sucintamente, ao longo deste documento.

Na elaboração deste relatório, as principais referências utilizadas foram as publicações produzidas pela entidade, disponíveis na sua *home page*, como o Informativo Adusp, desde a edição de número 433 (3/4/17) até a edição 446 (6/4/18); as atas das reuniões do Conselho de Representantes (CR) e das sessões das Assembleias Gerais da Adusp; os relatos dos integrantes dos Grupos de Trabalho, das Comissões Internas, das diretorias regionais da Adusp e dos departamentos da entidade.

Quanto à estrutura do relatório, a diretoria procurou manter os itens descritos no registro anterior (abril/2016 a março/2017), nem sempre contendo os mesmos pontos ou na mesma ordem, devido ao fato de que alguns itens podem não ter permanecido, por referirem-se a aspectos que se encerraram ou tiveram maior proeminência apenas no período anterior. Reunimos no item “Principais lutas e ações do período” o conjunto de políticas da Adusp em três dimensões que se relacionam: 1- a dimensão estadual e nacional, onde se privilegia a relação com as outras entidades sindicais das universidades estaduais paulistas e o centro Paula Souza articuladas no Fórum das Seis e a intervenção da entidade nas Greves Gerais que aconteceram durante o primeiro semestre de 2017 contra as Reformas encaminhadas pelo Governo Temer; 2- a dimensão das lutas internas à Universidade de São Paulo em suas especificidades; 3- a dimensão da organização sindical em que, de acordo com o planejamento geral definido pela diretoria da Adusp no início de sua gestão para o período de 2017/2019, damos ênfase à política de aproximação entre o sindicato e a base da categoria docente.

2. Conjuntura Nacional

Vimos, desde os primeiros atos do governo golpista de Michel Temer, a aceleração e aprofundamento das medidas de ajuste fiscal proposta ainda no governo Dilma. Em dezembro de 2016, após meses de lutas populares contrárias, é promulgada a Emenda Constitucional 95, a que, em seu processo de tramitação, os movimentos sociais apelidaram de “PEC do fim do mundo” que limita, por de 20 anos, os gastos públicos com as despesas primárias do Estado – entre elas saúde, educação, ciência e tecnologia, programas sociais, etc. O ano de 2017 se iniciou com uma agenda de reformas fundamentais cujos alvos eram/são as principais garantias constitucionais aos direitos sociais dos trabalhadores. Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência – a primeira aprovada (Lei 13.467/2017) e a segunda impedida pelas lutas dos trabalhadores – sintetizam o projeto golpista de transferência dos custos da crise capitalista desencadeada mundialmente em 2008 para os trabalhadores. Seus sentidos primordiais encontram-se na desregulamentação do trabalho, aprofundamento da exploração, fragilização das organizações dos trabalhadores associados à criminalização de suas lutas. No que diz respeito à Previdência, a restrição dos direitos dos trabalhadores à aposentadoria caminha para o objetivo de privatização do fundo público em favor de institutos de Previdência Privada. Em ambas as reformas, estamos diante de uma estratégia fundamental para garantir a lucratividade do capital. A Reforma Trabalhista atinge diretamente os empregados formais (cerca de 51% dos ocupados), empurrando-os para condições idênticas às vivenciadas por cerca de 49% dos trabalhadores ativos que já vivem na informalidade. Entre as principais medidas legislativas de precarização estão: a permissão para que gestantes trabalhem em ambientes insalubres, a generalização dos contratos precários, alongamento e diversificação da jornada de trabalho, facilitação de demissões, instituição do trabalho intermitente e estabelecimento da prevalência do negociado sobre o legislado, entre outros retrocessos.

Em sua análise de conjuntura apresentada ao 37º Congresso do ANDES Sindicato Nacional, a diretoria do ANDES-SN lembra dos ataques às parcelas mais pobres da população brasileira com o corte de cerca de 1,3 milhão de famílias beneficiárias do programa Bolsa Família – programa que atendia a aproximadamente 14 milhões de famílias brasileiras, reduzidas hoje a, aproximadamente, 12,7 milhões.

Ao mesmo tempo em que a burguesia e seus governos impõem drástico rebaixamento das condições de vida do povo trabalhador, vinte empresas, entre elas cinco do setor financeiro, realizaram nada menos que R\$ 63,7 bilhões de lucro líquido no primeiro semestre de 2017. O seleto grupo de grandes corporações é liderado pelo Itaú/Unibanco (12,1 bi), Bradesco (7,9 bi), Vale (7,9 bi), Banco do Brasil (5,1 bi), Petrobras (4,8 bi), Ambev (4,2 bi), Santander (3,7 bi), Braskem (2,9 bi), Cielo (1,9 bi), BB Seguridade (1,9 bi). Como se vê, dos dez maiores lucros, cinco são corporações do setor financeiro. Entre os vinte, encontra-se o maior grupo educacional privado do país: a Kroton, que obteve lucro líquido de 1,1 bilhão de reais no período – parte do qual garantida pelo fundo estatal do ProUni e do FIES¹.

Outros dados de retrocesso social em marcha no período aqui referido foram a Reforma do Ensino Médio e a aprovação da Base Nacional Comum Curricular, cujas consequências os especialistas do campo educacional já preveem. O formato do chamado “novo Ensino Médio” enseja a restrição, sobretudo para os estudantes de escolas públicas, dos conhecimentos gerais veiculados pelas escolas, limitando a educação a um aligeirado treinamento para o ingresso do jovem no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao Ensino Superior e às políticas de Ciência e Tecnologia vemos, além dos avanços na regulamentação do Marco Legal de Ciência e Tecnologia e sua extensão aos Estados, as drásticas reduções orçamentárias e cortes de investimento nessas áreas. Os cortes de investimento em educação chegaram a 4 bilhões no ano de 2017. Já o orçamento do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação para custeio e investimento em 2018 foi 25% menor do que o de 2017 que já passara por cortes.

Tal conjuntura nefasta não foi recebida passivamente pelos trabalhadores e trabalhadoras que, ao longo do primeiro semestre de 2017 travaram uma série de lutas contra este conjunto de políticas regressivas das quais o ápice foi a Greve Geral de 28 de abril de 2017 quando aproximadamente 35 milhões de trabalhadores e trabalhadoras cruzaram os braços em enérgico sinal de repúdio às “reformas” trabalhista e da Previdência Social, a despeito da repressão

¹ Caderno de Textos do 37º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Salvador/BA, 22 a 27 de janeiro de 2018. P. 34.

policial e da tímida cobertura da grande mídia empresarial que evitava falar em Greve Geral, usando eufemismos como ‘dia de protestos’ e, no máximo, ‘paralisações’². Merecem ser destacados, ainda o movimento Ocupe Brasília, em 24 de maio e o 30 de junho, mais um dia de luta unificado contra as Reformas Trabalhista, da Previdência e contra o governo Temer, porém “já de menor intensidade dado o pouco peso na participação das grandes centrais sindicais que já apostavam, na ocasião, em negociações com o governo. Essas lutas, que unificaram inúmeros segmentos da classe, diminuíram de intensidade no segundo semestre quando houve a retomada da unidade no dia 10 de novembro”³.

Nesse cenário, a Adusp engajou-se nas lutas gerais e internas à Universidade de São Paulo em defesa dos direitos sociais e das liberdades democráticas frontalmente ameaçados em nosso atual momento histórico.

² Informativo Adusp, nº 437 de 08/05/2017.

³ Caderno de Textos do 37º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional, Salvador/BA, 22 a 27 de janeiro de 2018. P. 37.

3. principais lutas e ações do período

O período que se estende de abril de 2017 a março de 2018 corresponde ao último ano da gestão de Marco Antônio Zago à frente da Reitoria da Universidade de São Paulo. No processo eleitoral para sucessão reitoral que se deu entre setembro e outubro de 2017, M. A. Zago e seu então vice-reitor, Vahan Agopyan, procuraram propagandear os êxitos de sua administração desde o ano de 2014 com o mote do “saneamento” das contas da universidade e a saída da crise financeira.

A Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo manteve-se crítica a tal versão, apresentando a gestão Zago/Vahan como aquela em que se procedeu de forma acelerada o desmonte da USP. Nossa denúncia desse processo culminou com o lançamento da Revista Adusp nº 61, de setembro de 2017, *USP arrasada. Um balanço da gestão privatizante, antiacadêmica e violenta de M. A. Zago na Reitoria da USP (2014-2017)*.

Além do próprio exercício da crítica, o ano de 2017 caracterizou-se pela continuidade das lutas, ao lado dos estudantes e funcionários, contra os efeitos das políticas empreendidas pela referida gestão, como: o fechamento da Creche Oeste e a drástica redução de atendimentos no Hospital Universitário – derivados, em grande medida, da redução do quadro de funcionários pelo Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV); o aumento da contratação de professores temporários e a continuidade dos ataques da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) contra docentes e contra a autonomia dos Departamentos – fruto de uma perspectiva de flexibilização do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) como regime de trabalho preferencial.

Além das ações e lutas no âmbito da universidade, a Adusp participou ativamente das principais lutas nos planos estadual e nacional, com destaque para as greves gerais de abril e junho de 2017 contra as reformas do governo Michel Temer após o golpe de institucional de 2016.

Para melhor ordenar a exposição, dividiremos as principais lutas e ações desenvolvidas pela Adusp entre abril de 2017 e março de 2018 em três subitens que se referem: 3.1- aos âmbitos estadual e nacional; 3.2- ao âmbito interno à USP; 3.3- à organização sindical.

3.1. Dimensão Estadual e Nacional

No plano das lutas nacionais destacamos a adesão dos docentes da USP à Greve Geral de 28 de abril de 2017. A deliberação foi tomada em Assembleia

Geral de 5 de abril, dando sequência aos protestos de 15 de março contra a PEC 287 (Reforma da Previdência) entendidos pelos presentes como um movimento justo e necessário na luta da população brasileira contra os desmandos de Temer e contra a onda de “reformas” neoliberais e neocoloniais⁴.

Em continuidade com o histórico movimento do dia 28 de abril, a Adusp aprovou, em Assembleia Geral de 22 de junho de 2017, a paralisação e participação em 30 de junho de 2017, na Greve e no Ocupe Brasília disponibilizando, inclusive, ônibus para os membros da comunidade USP que quisessem participar dos protestos na Capital Federal.

Ainda no plano das ações ligadas a lutas de caráter nacional destacamos a reiterada preocupação de pronunciamentos da Adusp em defesa dos direitos constitucionais e das liberdades democráticas. Nesse sentido, um conjunto de pronunciamentos da entidade denunciaram medidas arbitrárias tomadas em episódios como o ataque à UFMG com a condução coercitiva do reitor e vice-reitora dessa universidade pela polícia federal na primeira semana de dezembro de 2017. Reproduzimos aqui o conteúdo da Nota Pública disponível no site da Adusp (<https://www.adusp.org.br/index.php/conj-pol/2987-nota-publica-da-adusp-sobre-o-ataque-a-ufmg>).

***Nota pública da Adusp sobre o ataque à UFMG,
13 Dezembro 2017***

Na última semana, a invasão policial no campus da UFMG e a condução coercitiva do reitor e vice-reitora dessa universidade pela polícia federal chocou grande parte da comunidade acadêmica brasileira. A diretoria da Associação dos Docentes da USP (Adusp) repudia, em qualquer situação, a truculência policial, bem como atitudes de constrangimento e humilhação contra todo e qualquer cidadão sob investigação policial ou judicial. A defesa de que casos de corrupção sejam rigorosamente investigados, tanto no setor público quanto no privado, não pode se confundir com a conivência com atos de abuso de poder e demonstrações espetaculares de força, como no caso, com policiais fortemente armados e encapuzados que ocuparam a UFMG, muito menos com os "julgamentos" sociais e políticos apressados que antecedem um processo de investigação cuidadoso e justo.

Para além disso, em um contexto de ataque e desmonte das universidades públicas, não podemos ig-

⁴ Informativo Adusp, nº 434 de 24/04/2017.

norar que tais ações espetaculares contribuem, de modo desonesto e inconsequente para o adensamento da campanha explícita de ataque aos serviços públicos em geral, perpetrada por diferentes governos.

Finalmente, destacamos a importância de defendermos também os projetos que se dedicam ao registro e análise de fatos relacionados à ditadura militar, bem como à história dos movimentos políticos, sociais, populares e sindicais no Brasil, como no caso do Museu da Resistência da UFMG, que não podem ser desqualificados por nenhum pretexto.

No mesmo sentido, a delegação da nossa seção sindical ao 37º Congresso do ANDES-SN apresentou moção contrária à condenação do ex-presidente Lula em julgamento ocorrido 24 de janeiro de 2018 com o seguinte conteúdo:

O(a)s delegado(a)s presentes ao 37º Congresso do ANDES-SN realizado em Salvador/BA, no período de 22 a 27 de janeiro de 2018, manifestam:

O uso discriminatório de instrumentos investigativos tem incentivado a crescente judicialização da política e politização da justiça, resultando num ativismo do judiciário que, sob o mote “os fins justificam os meios”, tem favorecido os setores mais conservadores da sociedade.

A condenação do ex-presidente Lula acentua o estado de exceção em curso aprofundando o impeachment de Dilma, presidente legitimamente eleita, bem como simboliza um ataque frontal às formas legítimas de mobilização dos trabalhadores brasileiros.

Face a mais esse episódio de arbitrariedades que afronta a democracia e outros que certamente põem em risco a própria universidade pública brasileira, os signatários vêm exortar a categoria docente a se posicionar e atuar efetivamente em favor da defesa intransigente do Estado de direito, das instituições democráticas, das organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e contra a judicialização da luta política.

Já vivemos situações semelhantes durante a ditadura militar e muito aprendemos ao suportar e enfrentar o que nos obrigaram a vivenciar. Não vamos tolerar nenhuma investida contra a democracia e contra as condições de vida no Brasil!

Como caso drástico de ataque não apenas às liberdades democráticas, mas aos direitos humanos fundamentais, solapados pela violência política na atual conjuntura já caracterizada como estado de exceção, acompanhamos com pesar, as notícias sobre o assassinato da vereadora do PSOL do Rio de Janeiro, Marielle Franco. Ativista das causas das mulheres, dos negros e dos direitos humanos, Marielle tinha 38 anos e foi a quinta parlamentar mais votada nas eleições de 2016. Líder comunitária e defensora dos direitos humanos encontrava-se, no momento de sua execução, diretamente engajada na fiscalização das ações repressivas da Polícia Militar e também das Forças Armadas, que intervêm no Estado do Rio de Janeiro desde o decreto do presidente Michel Temer de 16/2/2018.

Em repúdio aos assassinatos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes no Rio de Janeiro, a Adusp realizou, no dia 21 de março, o ato “Marielle, presente! Amanhã vai ser maior!”, em frente à Faculdade de Direito da USP, com apoio de diversos sindicatos e organizações políticas.

Ainda no que tange os ataques a direitos constituídos, porém, neste caso, no plano estadual, vivenciamos em junho de 2017, um sério episódio de ataque à autonomia didático-científica das universidades estaduais paulistas pelo Conselho Estadual de Educação (CEE-SP) que, em 7 de junho de 2017, publicou uma deliberação que estabelece um conjunto de normas a cursos de formação inicial de professores, o que leva a uma reforma curricular nos cursos de Pedagogia e licenciaturas das três universidades estaduais paulistas. Imposto sem maior diálogo com as comunidades universitárias, a norma suscitou reações negativas entre professores e estudantes. Segundo matéria publicada no Informativo Adusp nº 440, de 13 de setembro de 2017:

A normativa reitera a necessidade de os cursos terem 3.200 horas como carga horária mínima, contando neste total 400 horas de estágio e 400 horas de Práticas como Componente Curricular (PCCs). Contudo, entre os principais problemas está a forma como a deliberação normatiza o restante das horas de curso. Para o caso das pedagogias, das 2.000 horas destinadas aos diferentes conhecimentos necessários a educadores, 600 horas deverão ser destinadas “à revisão e enriquecimento de conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio,” sendo que estes devem ter como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No caso das licenciaturas, o total de horas para este fim é reduzido a 200. Contudo, outro pro-

blema emerge. Das 2.000 horas de formação de conhecimentos específicos, 1.040 são destinadas à formação na área de atuação do docente e 960 à formação didático-pedagógica. Uma carga horária organizada com este perfil impede que futuros docentes tenham uma formação intelectual com bases sólidas, necessária a docentes de perfil crítico.

Além da divulgação e informação ao corpo docente sobre os significados da deliberação do CEE-SP via Informativo impresso e *site* da entidade, a Adusp promoveu em 18 de setembro de 2017 uma discussão aberta, no auditório da Faculdade de Educação, sobre a reforma das licenciaturas.

3.2. Dimensão interna à Universidade de São Paulo

Entre abril de 2017 e março de 2018, uma série de lutas e ações locais, no âmbito da Universidade de São Paulo, foram desenvolvidas pela Adusp.

O ano de 2017 foi marcado, em seu início, pela aprovação dos “Parâmetros de Sustentabilidade” para a gestão financeira da USP em uma seção do Conselho Universitário realizada sob brutal repressão policial ordenada pela Reitoria da universidade contra professores, funcionários e estudantes que se manifestavam contrários à aprovação dos parâmetros. Para marcar a triste data e como forma de protesto a Adusp promoveu em 20 de março, no auditório da Geografia (FFLCH), um ato de repúdio à violência promovida em 7 de março pela Polícia Militar, a pedido da Reitoria da USP (<https://bit.ly/2MixLgl>). Na abertura, foi projetado um vídeo sobre os episódios de 7 de março (<https://bit.ly/2mWnx9z>). Em seguida, o professor César Minto, então presidente da Adusp, pronunciou-se em nome da entidade: “Este é um momento grave e de muita indignação para todos nós, quando somos instados a realizar este ato de desagravo, devido à postura sistemática da Reitoria, absolutamente inadequada à administração de uma instituição pública e, sobretudo, de caráter educacional como é a Universidade de São Paulo (USP)”⁵. Outras entidades presentes se pronunciaram e foram lidas notas de entidades que não puderam enviar representantes ao ato.

A aprovação dos Parâmetros de Sustentabilidade teria sido o último desafio da gestão Zago-Vahan em seu projeto/processo de “desmonte” da Universidade de São Paulo. No início do ano já havia sido fechada a Creche Oeste e a progressivo fechamento de leitos e setores do Hospital Universitário (HU) vinha

⁵ Informativo Adusp, nº 433 de 03/04/2017.

se dando desde a saída de mais de 200 funcionários, a maioria da enfermagem e médicos, na primeira edição do PIDV. Entretanto, ao longo de todo ano, continuaram as lutas de docentes, funcionários, estudantes e mesmo da comunidade externa à USP (como é o caso do movimento promovido pelo Coletivo Butantã na Luta em defesa do HU) pela recuperação do “desmonte”.

A Creche Oeste fechada foi ocupada, em janeiro de 2017, por estudantes, funcionários, pais e mães de alunos das Creches. Desde então se desenvolveu uma disputa judicial pela sua reabertura.

O juiz Kenichi Koyama, da 11ª Vara de Fazenda Pública, concedeu, em 21 de março, liminar em mandado de segurança em favor da Associação de Pais e Funcionários da Creche Oeste (Apef). Koyama aceitou o pedido de reabertura da creche, fechada arbitrariamente pela Reitoria da USP em 16 de janeiro de 2017, e fixou prazo máximo de 40 dias para cumprimento da ordem. Eventual descumprimento pela Reitoria acarretaria multa diária de R\$ 1.000,00. A Apef argumentou que o fechamento da Creche Oeste fere resolução do Conselho Universitário da USP, tomada em novembro de 2016, de que sejam preenchidas as vagas ociosas nas creches da universidade. O juiz reconhece, na sua decisão, que a ação da Reitoria desatende a deliberação do principal colegiado da universidade: “Assim, o vetor do Conselho Universitário poderia ter sido burlado [pela Reitoria] através da realocação recentemente decidida”. (...) Em 27 de março, a Ocupação Creche Aberta enviou documento ao reitor, no qual pede abertura de negociação e se diz disposta a colaborar com o cumprimento da liminar, desde que “haja a garantia de que esse espaço será utilizado para sua finalidade original”. Em ofício enviado à Reitoria, a Adusp reforçou o pedido de negociação imediata⁶. As tentativas de obtenção de mandados de reintegração de posse feitas pela Reitoria da USP não tiveram sucesso.

Ao longo do período ativo da Ocupação Creche Aberta e de todo processo de luta em defesa das Creches Universitárias, a Adusp procurou acompanhar, divulgar e apoiar as ações realizadas tais como realização de jantar para angariar fundos para sustentação da ocupação, publicação de matérias relacionadas à luta das creches no *Informativo Adusp*, produção de matéria na *Revista Adusp* sobre a situação do desmonte das Creches Universitárias.

No que diz respeito ao Hospital Universitário (HU), o período foi marcado pela intensificação das lutas em favor do reestabelecimento pleno de seu funcionamento, contra a desvinculação do HU da USP e contra a terceirização da sua gestão e da contratação de pessoal. O princípio orientador dessas lutas foi a defesa do hospital como unidade da USP que realiza ensino, pesquisa e

⁶ Informativo Adusp, nº 433, 03/04/2107.

extensão, em oposição a perspectiva defendida pela gestão Zago-Vahan de que o HU não realizaria atividades fim e seria um “parasita” da USP drenando seu orçamento.

Alguns dos principais protagonistas dessas lutas foram os estudantes dos cursos da área de saúde como medicina e enfermagem e o Coletivo Butantã na Luta, que reúne moradores do bairro do Butantã. A Adusp manteve o apoio à luta por meio de divulgação em seu Informativo, Revista e demais veículos de informação; por meio da colaboração financeira e participação direta na organização e presença em diferentes atos como o Abraço ao HU ocorrido em 24 de novembro de 2017.

Podemos recuperar aqui alguns momentos chave das lutas travadas em defesa do Hospital Universitário da USP no período a que se atém o presente relatório.

Em 19 de abril de 2017, estudantes de diversos cursos de graduação da área de Saúde da Universidade de São Paulo reuniram-se em frente ao Hospital Universitário, para protestar contra as ameaças de desvinculação do hospital e o desmonte a que ele vinha sendo submetido pela gestão M.A. Zago-V. Agopyan.

Em 17 de outubro, no auditório da História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), o Coletivo Butantã na Luta apresentou os resultados de uma pesquisa de opinião realizada com os moradores da região do Butantã a propósito da relação existente entre a população e o Hospital Universitário da USP. Cabe reproduzir aqui alguns resultados da pesquisa apresentados, em síntese, pelo *Informativo Adusp* nº 443, de 6 de novembro de 2017.

A pesquisa, dirigida pela socióloga Rachel Moreno, do Instituto Opinião, foi realizada por meio de 300 entrevistas com moradores e trabalhadores de bairros como Rio Pequeno e São Domingos, e também com uma amostra de 30 funcionários da USP filiados ao Sintusp, cujas respostas foram contabilizadas separadamente. Os resultados revelam como o hospital é vital para a população: 65% dos moradores da região não possuem convênio de saúde, 55% dos que usaram o HU o fizeram em situação de emergência e 35% dos entrevistados recorreram ao hospital há menos de um ano. Menos de 20% dos entrevistados nunca utilizaram os serviços do hospital. O atendimento é bem avaliado pela maior parte dos entrevistados, sendo considerado bom por 40% e ótimo por 34% da população. Das respostas positi-

vas em relação ao atendimento, 40% foram pela proximidade do HU, 32,3% pela qualidade da equipe e 14,3% por se tratar de um hospital-escola. Durante a apresentação, Rachel Moreno ressaltou a importância sentimental e histórica que o HU tem para várias pessoas, graças, por exemplo, à lembrança de partos nele ocorridos: 5,14% das avaliações positivas se devem à história e à imagem do HU. Entretanto, 14% dos entrevistados consideraram a qualidade do atendimento como regular, 3% ruim e 4% péssimo. Segundo o relatório executivo da pesquisa, os resultados negativos decorrem diretamente da precarização recente do hospital: 38,77% das respostas negativas referem-se à demora e a dificuldades no atendimento.

Em relação ao conhecimento do processo de desmonte do hospital, 60% das pessoas consultadas sabem que os recursos financeiros do HU diminuíram e outros 30% não sabem responder. Dispõem-se a participar de abaixo-assinados 80% dos entrevistados e quase 40% participariam de uma passeata em defesa do hospital.

No dia 13 de novembro de 2017, reunidos em assembleia, os estudantes da Faculdade de Medicina (FMUSP) decretaram greve em defesa do Hospital Universitário, a primeira greve estudantil do curso desde a Ditadura Militar (1964-1985). No dia seguinte, os estudantes da Escola de Enfermagem (EEUSP) aderiram à greve.

No dia 24 de novembro, às 10 horas, o Coletivo Butantã na Luta realizou um ato no Portão 03 da USP, que seguiu em direção ao hospital para “abraçá-lo”. O “abraço” contou com a presença de funcionários do hospital, estudantes, docentes e funcionários de outras unidades da USP, bem como alguns moradores da comunidade do Butantã e membros do Coletivo Butantã na Luta.

Em 2 de março de 2018, centenas de pessoas participaram de nova manifestação em defesa do HU com o objetivo de entregar ao reitor Vahan Agopyan o abaixo-assinado com mais de 50 mil assinaturas pela imediata reativação do hospital. O protesto foi organizado pelo Coletivo Butantã na Luta, Adusp, Sintusp e Diretório Central dos Estudantes. Apesar da mobilização, o reitor recusou-se a receber pessoalmente o abaixo-assinado e escalou um assessor para representá-lo. Os manifestantes, por sua vez, não aceitaram entregar o documento, exigindo a presença de Agopyan⁷. As assinaturas

⁷ Informativo Adusp, nº 445, 14/03/2018.

coletadas de forma física, junto a campanha de esclarecimento da comunidade sobre a situação e a importância do HU, foram entregues no seu conjunto, em papel, ao Ministério Público, enquanto foram remetidas à Reitoria da USP em forma digitalizada.

Diante do cenário de “desmonte” da USP denunciado e combatido pela Adusp uma importante vitória se deu no período aqui observado. Em decisão histórica, a reunião do Conselho Universitário (Co) de 4 de julho de 2017 deliberou a favor da implementação de cotas para egressos do ensino público e para estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas (PPI). A USP foi a última das três estaduais paulistas a implementar cotas; a Unicamp aprovou a reserva de vagas em maio de 2017, e a Unesp possui cotas desde 2013⁸. Reconhecemos nesse fato o desdobramento de uma longa luta de entidades como o Núcleo de Consciência Negra da USP que, desde a década de 1980 reivindica cotas raciais na universidade, bem como do Movimento Estudantil e outras entidades dos movimentos sociais dentro e fora da USP.

Um dos acontecimentos que mais envolveu a comunidade universitária no ano de 2017 foi o processo de sucessão reitoral. Houve grandes expectativas com relação a uma possível oposição à então gestão Zago-Vahan que se encerrava deixando um legado de autoritarismo, truculência, e danos à universidade (PIDVs, Fechamento da Creche Oeste, sucateamento do HU, arrocho salarial, nova estrutura centralizada e punitiva de avaliação docente, etc.) em função do que foi chamado “equilíbrio financeiro”.

Quatro chapas disputaram as eleições para a Reitoria da USP. Duas representavam a “situação”, ou continuidade com a gestão Zago-Vahan: Vahan Agopyan (EP) e Antonio Carlos Hernandez (IFSC); Ricardo Ribeiro Terra (FFLCH) e Albérico Borges Ferreira da Silva (IQSC). As outras duas chapas se lançaram como oposição, críticas à administração dos últimos quatro anos: Maria Armanda do Nascimento Arruda (FFLCH) e Paulo Borba Casella (FD); Ildo Luís Sauer (IEE) e Tércio Ambrizzi (IAG). A eleição que ocorreu em 30 de outubro de 2017 precedida por consulta eletrônica à comunidade teve como vencedores Vahan Agopyan e Antonio Carlos Hernandez.

A Adusp atuou no processo seguindo seu tradicional posicionamento crítico ao formato das eleições indiretas em que o voto de maior peso corresponde à categoria numericamente inferior na composição do corpo universitário, qual seja, a casta dos professores titulares.

De partida, denunciemos o prazo exíguo concedido pela reitoria para inscrição de chapas para o processo sucessório. Em publicação de treze de

⁸ Informativo Adusp, nº 439, 23/08/2017.

setembro de 2017 informamos que: “O reitor concedeu o estrito prazo de uma semana, de 15/9 a 22/9, para que as chapas formadas por candidatos a reitor (a) e vice-reitor (a) se inscrevam. Além disso, a condução do processo ficará a cargo de uma Comissão Eleitoral nomeada pelo reitor. Caso haja indeferimento de chapas, os recursos serão decididos pela própria Comissão Eleitoral!”⁹.

Na mesma publicação citada, a Adusp apresentou a composição da Assembleia Universitária que elegeria os novos reitor(a) e vice reitor(a):

*A eleição, marcada para 30/10, será indireta: do colégio eleitoral, denominado “Assembleia Universitária”, participarão apenas os membros do Conselho Universitário (Co), dos conselhos centrais, das congregações das unidades e dos conselhos deliberativos dos museus e dos institutos especializados, conforme o artigo 6º da Resolução 7.385. Esse colégio eleitoral, majoritariamente composto por professores titulares, compreende algo em torno de 1% da comunidade da USP. Fere até mesmo a moderada Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que prevê a “gestão democrática do ensino” e participação dos docentes nos processos deliberativos não superior a 70%.*¹⁰

Para além da denúncia da ausência de democracia que caracteriza as eleições para reitoria e demais cargos na estrutura de poder da USP, a Adusp deu divulgação aos programas dos candidatos e buscou a interlocução com eles utilizando a dinâmica de perguntas e respostas que foram publicadas em número especial do *Informativo Adusp – Sucessão na Reitoria* – de 19 de outubro de 2017 (<https://bit.ly/2MnJuKj>).

A entidade não declarou apoio a nenhuma das chapas em disputa, considerando prioritária a politização do processo por meio, não da discussão de nomes para Reitoria, mas de um programa para a USP. A Adusp propôs e aprovou em Assembleia Geral de 14 de setembro de 2017 (<https://bit.ly/2MHFq4H>) o Programa da Adusp para a USP, atualizando propostas históricas da entidade que haviam sido sistematizadas já no momento de discussão da democratização da universidade durante o primeiro semestre de 2014, enquanto durou o processo de reforma do Estatuto coordenado pela Caeco, depois encerrado de modo abrupto e unilateral pela Reitoria.

O Programa da Adusp para a USP foi o mais amplamente possível divulgado

⁹ Informativo Adusp, nº 440, 13/09/2017.

¹⁰ Idem.

na ocasião e pode ser acessado em nosso site (<https://bit.ly/2ycFYvG>).

A Adusp defendeu, ainda, que o ponto de partida para qualquer candidatura a reitor (a) que se intitule sustentável ou progressista seria assumir compromissos que implicassem a reversão do desmonte da USP, a defesa do caráter público e gratuito da universidade e uma ampla e profunda reforma do Estatuto, que transforme a atual estrutura de poder, a começar pela democratização do processo eleitoral. Outras medidas necessárias, que independem da reforma do Estatuto¹¹, seriam:

- *Reversão das restrições financeiras e administrativas adotadas contra HU, HRAC, EA, Creches, Museus e outros equipamentos;*
- *Reversão dos “Parâmetros de Sustentabilidade”;*
- *Revisão do “Estatuto Docente” e da “Nova CPA”;*
- *Extinção dos convênios com as fundações privadas “de apoio”;*
- *Denúncia dos contratos com Comunitas e McKinsey;*
- *Compromisso com o fortalecimento e a unidade do Cruesp;*
- *Denúncia do convênio com a Secretaria de Segurança Pública, retirada da PM e reorganização da Guarda Universitária.*

Como parte da luta por democratização e transparência administrativa na USP, a Adusp obteve uma importante vitória judicial. Em 20 de julho de 2017 a entidade teve ganho de causa na ação judicial ajuizada, em novembro de 2016, contra a Universidade de São Paulo, com a finalidade de obter desta, com amparo na Lei de Acesso à Informação (LAI), a documentação completa das tratativas e dos acordos firmados com a consultoria internacional McKinsey&Company para consecução do projeto de gestão denominado “USP do Futuro”. “(...) O projeto ‘USP do Futuro’ é fruto de negociações sigilosas, que remontam a 2015, entre a gestão M.A. Zago - V. Agopyan, a McKinsey&Company, a ‘organização social’ Comunitas e alguns grandes empresários, com o beneplácito do governo estadual. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) recebeu diversos dos articuladores do projeto em audiência no Palácio dos Bandeirantes, em 5 de setembro de 2016. O ‘caso McKinsey’ veio à tona em 14 de setembro de 2016, quando a Diretoria da Adusp recebeu uma

¹¹ Informativo Adusp, nº 438, 26/06/2107.

denúncia anônima, tomando conhecimento, por meio dela, de que um grupo de empresários de São Paulo reuniu-se e contratou a McKinsey, uma companhia de consultoria empresarial, para que, assessorada pela Reitoria da USP, planeje o futuro da universidade”¹².

Apesar do mandato de busca e apreensão ter sido suspenso a pedido da USP pelo desembargador Luis Fernando Camargo de Barros Vital, da 4ª Câmara de Direito Público, a repercussão do caso foi importante e ainda cabem recursos que estão sendo articulados pelo departamento jurídico da entidade.

Mais dois casos de ausência de diálogo e transparência na gestão da universidade foram os aligeirados e controversos processos de criação de dois novos cursos na USP exatamente em um momento definido pela Reitoria como de crise, em que se tem evitado a realização de concursos para docentes e cresce o número de contratações “precárias”. Trata-se dos cursos de Medicina da FOB e Biotecnologia da EACH noticiados pela Adusp em seus informativos como reproduzidos, em síntese, a seguir.

A reunião do Co de 4 de julho referendou a proposta de criação de um curso de Medicina na Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB), cujas 60 vagas serão oferecidas a partir de 2018. A decisão formaliza convênio entre a USP e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, que estipula a desvinculação do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC), pertencente à USP e conhecido como “Centrinho”. Os termos do acordo, entretanto, não foram divulgados publicamente. (...)

Segundo apresentação no Co da professora Maria Aparecida Moreira Machado, que acumula os cargos de diretora da FOB e superintendente do HRAC, desde a desvinculação do HRAC, “como gestores que somos, fomos juntamente com os órgãos centrais procurar soluções para que isso pudesse ser viabilizado de alguma maneira, já que nós estávamos fragilizados uma vez que precisávamos fazer contratações destinadas à nossa atividade-fim, acadêmica, e claramente as necessidades que demandavam o HRAC naquele momento não estavam vinculadas a nossas atividades-fim”.

Em conversas com a Secretaria Municipal da Saúde de Bauru e a Secretaria de Saúde do Estado, acrescentou a superintendente do HRAC, houve o enten-

¹² Informativo Adusp, nº 439, 23/08/2017.

dimento de que a “contrapartida seria que a USP assumisse a atividade-fim” e “o curso de Medicina seria uma das opções já que a estrutura que temos lá é bastante interessante”.

No dia 1º de agosto de 2017, no Teatro Universitário da FOB, o reitor M. A. Zago, o governador Geraldo Alckmin (PSDB), o secretário estadual da Saúde, David Uip, e a professora Maria Aparecida participaram do evento de lançamento do novo curso. Após a celebração, a Secretaria de Saúde e a Reitoria da USP forneceram informações contraditórias sobre o futuro curso e o HRAC.

O Jornal da Cidade, de Bauru e região, noticiou que no evento foi anunciada a criação de um novo Hospital das Clínicas da cidade, que será inaugurado em 2022 e utilizará o maior dos dois prédios que compõem o HRAC — o chamado prédio novo ou “Unidade II.” A unidade servirá de hospital- escola para os estudantes da nova graduação. Para viabilizar os investimentos no novo hospital, o governo estadual “economizará” recursos com a transferência do Hospital de Base de Bauru para a gestão de uma OS sob supervisão municipal. (...)

No entender da funcionária Cláudia Carrer, ex-integrante do Conselho Deliberativo do HRAC, existe “uma comemoração muito grande” em torno da criação do curso de Medicina, que não se justifica. “Não temos condições de receber esse pessoal aqui. Com que professor? Será uma faculdade completamente sucateada. É inviável;”, protestou ao Informativo Adusp. (...)

Enquanto seus gestores comemoram, desde setembro de 2016 o HRAC reduziu seu atendimento semanal de 16 novos pacientes com fissura labiopalatina para apenas quatro, segundo registrado em ata do Conselho Deliberativo. Também passou neste ano por regulação do Sistema Único de Saúde (SUS): em vez de atender pacientes de todo o país, agora atenderá somente 68 municípios da região. Tais restrições deverão afetar sensivelmente os serviços oferecidos pelo hospital, que em 2016 atendeu 612 portadores de fissura labiopalatina (média mensal de 51) e 40 de malformação craniofacial, realizou quase 10 mil cirurgias e abriu mais de 5 mil prontuários.

O hospital também sofre com falta de funcionários desde a implantação do Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV). (...)

A professora Maria Aparecida anunciou a proposta de criação de uma graduação em Medicina na FOB em documento assinado em 20 de dezembro de 2016, em que propõe “uma releitura da forma de cooperação da USP com o HRAC-USP e o SUS”. A saber: “A USP, nessa proposta de cooperação com o SUS, fortaleceria o Campus de Bauru como polo de Saúde bem como as práticas especializadas do HRAC-USP, mediante criação de um Curso de Medicina.” “Por outro lado, a Secretaria de Estado da Saúde-SP/SUS assumiria o HRACUSP, preferencialmente na forma de um hospital estadual que [sic] em associação com a USP, por meio de convênio, com a interveniência da USP e apoio de uma organização social ou fundação com expertise na área de saúde.” Assim, embora confuso, o documento revela que se cogita terceirizar o HRAC. O processo de criação do curso de Medicina da FOB transcorreu de forma meteórica. No dia 21 de junho de 2017, reuniram-se o reitor M.A. Zago, a professora Maria Aparecida, o prefeito de Bauru Clodoaldo Gazzetta (PSD), o deputado estadual Pedro Tobias (PSDB) e o secretário David Uip. Após essa reunião o processo, aparentemente parado, ganha uma velocidade inacreditável. (...) Portanto, em menos de 15 dias a proposta recebeu sucessivos pareceres favoráveis e foi aprovada, apesar de constituir um raro caso de curso de Medicina oferecido por uma Faculdade de Odontologia. (Informativo Adusp, nº 439, 23/08/2017).

Em 5/9/2017, data dedicada ao maior patrimônio natural do planeta, a Amazônia, houve o lançamento do curso de Biotecnologia da USP. Sediado na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), a USP Leste, a partir de 2018, o curso foi aprovado em meio a várias crises, entre elas a dita financeira (mas que sabidamente é de financiamento), que impediu, por exemplo, que o corpo docente e funcional tivesse aumento salarial em 2017. (...)

O curso de Biotecnologia foi aprovado na mesma sessão do Conselho Universitário que aprovou o curso de Medicina de Bauru, mas, diferentemente deste, o processo levou mais tempo, principalmente porque a proposta trazia consigo dois aspectos que

merecem destaque.

O primeiro é que, desde a criação da EACH, vários grupos, internos e externos à USP, vêm estudando propostas de novos cursos que contemplassem áreas ainda incipientes na universidade e na região Leste de São Paulo. O segundo aspecto é que as vagas propostas para o curso de Biotec (como foi apelidado pelos seus idealizadores) substituirão vagas "ociosas" do curso de Licenciatura em Ciências da Natureza (LCN), graduação criada para suprir o déficit de professores principalmente na rede pública de ensino. Desde sua criação em 2005, a procura pelas 120 vagas anuais em LCN tem sido baixa, não completando as turmas nos dois turnos de oferecimento (matutino e noturno). (...) qual a real intenção dessa substituição de vagas de LCN por vagas para Biotecnologia? (...)

O que parece estar por trás da criação do curso de Biotecnologia são o empreendedorismo e a parceria com empresas. O lançamento foi feito na Reitoria, longe do local no qual o curso será oferecido, a EACH, sem convite ou comunicação à comunidade da escola, mas com a presença de representantes das empresas Monsanto, Thermo Fisher Scientific, LGC Biotecnologia e G&E, as quais "se mostraram abertas a oportunidades futuras de parcerias," segundo notícia na página da EACH (os grifos são nossos). Ao afirmar durante o lançamento que "a universidade tem de estar associada às empresas," o professor Diego Falceta, docente que liderou o grupo responsável pela proposta, evidencia tais pretensões. Falceta afirma ainda que "este curso está pensado para trabalhar de mãos com as empresas" (sic). (Informativo Adusp, nº 443, 06/11/2017).

Outra luta fundamental que vem sendo travada desde o início da Gestão Zago-Vahan (2015-2017) e tem continuidade com a sucessão Vahan-Hernandes a partir de 2018 diz respeito à nova estrutura de avaliação institucional e docente implantada na última gestão reitoral e que vem se configurando até o presente momento com a elaboração das normas e modos de funcionamento das Câmaras de Avaliação Institucional (CAI) e Docente (CAD) que compõe a chamada Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

Ao longo do período aqui relatado, manteve-se, ainda, a luta contra as arbitrariedades da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), outra comissão que se atribuiu competência avaliativa, não extinta no processo de

criação da “nova estrutura de avaliação”.

As lutas desenvolvidas pela Adusp, nesse campo, foram políticas/coletivas informando e procurando mobilizar a categoria para os objetivos e efeitos da “Nova CPA”, bem como judiciais sobre os casos de ataques individualizados da CERT aos docentes. Uma importante vitória se deu com a decisão judicial proferida pelo juiz Luis Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública, que concedeu a segurança ao docente Paulo Roberto Massaro, que teve seu salário rebaixado arbitrariamente pelo reitor por recomendação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT). A sentença, datada de 30 de janeiro de 2018, considera “viciado — por falta de fundamentação consistente — o ato administrativo que não acolheu o último relatório do impetrante e implicou alteração de seu regime de trabalho”, e ordena que a USP restabeleça os vencimentos correspondentes ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), no qual Massaro trabalhou desde que ingressou na USP, em junho de 2006¹³.

Nos Informativos Adusp nº 440 e 443, de 13 de setembro e 06 de novembro de 2017, respectivamente, a Adusp publicou análises sobre os documentos divulgados pela Câmara de Avaliação Institucional (CAI) que deverão orientar a elaboração dos projetos acadêmicos das unidades da USP. A seguir é apresentada síntese das matérias.

O documento enviado pela Câmara de Avaliação Institucional (CAI) que dispõe sobre requisitos e diretrizes gerais para elaboração dos projetos acadêmicos das unidades, museus e institutos especializados não traz novidades. O que se apresenta é “mais do mesmo” em relação aos documentos do GT-Atividade Docente e da proposta de Regimento Interno da Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

De imediato, salta aos olhos, no ofício de encaminhamento desse documento, que se enfatiza tratar-se apenas de uma consulta sobre a pertinência dos itens que deverão compor o projeto acadêmico. Após a resposta da comunidade, “a CAI fará uma estratificação visando acolher as contribuições relevantes e preparar o cronograma e orientações para a elaboração do projeto acadêmico”.

Assim como a Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT), mais uma comissão central se arroga o direito de decidir o que é relevante e o que não

¹³ Informativo Adusp, nº 445, 23/08/2017.

é, a despeito do que opinem departamentos e unidades. (...)

A primeira parte do documento se refere aos requisitos para confecção do projeto acadêmico. O primeiro requisito é simplesmente incompreensível: “Definição clara da missão, visão e valores das unidades, Museus e Institutos Especializados”. A ele se seguem parágrafos nos quais palavras como metas, objetivos, planejamento, gestão, inovação, internacionalização, indicadores para avaliação de desempenho em harmonia com os indicadores gerais da universidade, dominam a cena e nos remetem a um vocabulário tipicamente do mundo corporativo, que até não muito tempo atrás era completamente alheio à administração pública.

Mais ainda, as unidades terão que apresentar indicadores em harmonia com os gerais da universidade. Quais seriam esses indicadores? A proposta de Regimento Interno da CPA não os esclarecia e esse documento da CAI tampouco o faz. No entanto, é de se supor que tais indicadores tenham como referência as atuais premissas e modos de proceder da CERT. Afinal, não podemos ignorar o estado de insegurança que paira sobre docentes diante das notícias, de diferentes departamentos e unidades, acerca dos pareceres da CERT.

Em processos relativos ao regime de experimentação, tais pareceres sistematicamente indicam que esse se estenda por mais dois anos ou, mais perversamente, impõem ao docente a mudança do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) para o Regime de Turno Parcial (RTP), com encaminhamento direto, em certos casos, para despacho do reitor, sem retorno ou interlocução com as unidades de origem.

Tudo isso, independentemente de quão a competência e dedicação desses docentes sejam reconhecidas em sua unidade e nos próprios pareceres enviados à CERT. Como já apontado pela Adusp na análise dos diversos documentos que circularam nos últimos dois anos, esse projeto, que estabelece um processo de avaliação de caráter punitivo, será usado para redução do quadro docente em RDIDP, ameaçando justamente a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e, portanto, a universidade como a concebemos até aqui. (...)

Quando um dos requisitos para a elaboração dos

projetos acadêmicos inclui a definição do perfil de docentes em cada nível da carreira (item IX), que garantia se tem de que esses perfis serão aceitos pela CPA? Caso uma unidade venha a apresentar (como se isso fosse possível) toda a diversidade que entenda importante haver no corpo docente, ela será respeitada? Ou a unidade virá a ser pressionada a mudar sua perspectiva para ser devidamente enquadrada nos parâmetros gerais, sejam eles quais forem? (...)

De fato, o que se pretende estabelecer são mecanismos de controle sobre o corpo docente de modo a permitir, com extrema facilidade, a adequação da universidade a premissas mercantis e excludentes, para que sua folha de pagamento se ajuste à insuficiência do aporte de recursos que os governos do Estado lhe têm destinado.

Esse projeto já está em curso há algumas décadas com a perspectiva produtivista se apresentando de modo insidioso nos meios acadêmicos. Foi, porém, na gestão de M.A. Zago que os ataques ao RDIDP, à indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e à universidade pública se mostraram mais perversos do que nunca. Por tudo isso, não é possível fazer sugestões ou emendas a esse documento. É preciso reagir a mais esse ataque e fazer a crítica global a todo esse processo. É preciso suspender a implantação desses mecanismos ditos de avaliação e discutir a grave crise de financiamento por que passam as universidades estaduais paulistas. Essa é, de fato, a responsabilidade que temos e que devemos à sociedade.

Embora ainda sem calendário definido para execução e submissão dos projetos acadêmicos das unidades, departamentos e projetos individuais de cada docente e sem critérios de avaliação estabelecidos, os docentes da USP já estão em um ciclo avaliativo quinquenal desde o início de 2017, segundo informações concedidas por membros da Câmara de Avaliação Institucional (CAI) e da Câmara de Avaliação Docente (CAD) em reunião aberta ocorrida na FAU, em setembro.

Assim, a estrutura avaliativa materializada na “Nova” Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e no Estatuto do Docente, que prevê rebaixamento de regimes de trabalho para docentes que não cumprirem as metas estabelecidas nos planos acadêmicos (da

unidade, departamentos e individual, sempre em consonância com as metas gerais da USP, que também ainda não são do conhecimento de ninguém!) e até exoneração de cargos, já está em funcionamento e talvez a grande maioria dos docentes ainda não tenha se dado conta da gravidade que implica tal avaliação de caráter punitivo, sem que sequer se tenha clareza do que será exigido de cada “perfil” docente em 2022.

Isso tudo numa universidade cujo Conselho Universitário (Co) aprovou, em 7/3/2017, após violenta repressão policial a alunos, funcionários e professores, um plano de ajuste orçamentário que prevê diminuição drástica da folha de pagamento, que deve chegar a 85% do orçamento da USP. À custa de quem essa meta orçamentária será atingida? (...) lamentável que tal processo se dê no âmbito de uma avaliação centralizada e punitiva, cuja estrutura foi criticada pela maioria dos colegiados que se manifestaram sobre a criação da “Nova CPA.” E é temerário o fato de que, a essa altura de um processo que interferirá diretamente nas trajetórias profissionais dos docentes, as informações ainda sejam tão vagas, considerando-se que já estamos todos e todas em processo de avaliação, sem que sequer saibamos o calendário a que estaremos submetidos, nem os critérios avaliativos.

Ainda no que diz respeito aos ataques individuais a docentes, cabe relatar dois casos de desligamento do RDIDP e um caso de perseguição institucional com abertura de inquérito administrativo que foram/estão sendo acompanhados de perto pela Adusp por meio de seu departamento jurídico e da Comissão de Apoio ao Docente. Tratam-se dos casos da docente Cynthia de Oliveira Lage Ferreira, e dos docentes Maurício Cardoso e Marcos Sorrentino, expostos a seguir.

A professora Cynthia de Oliveira Lage Ferreira, do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação de São Carlos (ICMC), corre o risco de ser desligada do Regime de Dedicção Integral à Pesquisa e à Docência (RDIDP) depois que seu mais recente relatório de atividades, referente ao biênio 2015/2017 de estágio de experimentação, foi reprovado pelo Conselho do Departamento de Matemática Aplicada e Estatística (CD-SME). A docente encaminhou um re-

curso à Congregação da unidade , mas esta, além de rejeitar o recurso, aprovou proposta do diretor da unidade, Alexandre Nolasco, de sugerir à Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) que instaurasse um “processo administrativo para avaliação do desempenho da docente,” conforme registrado na ata da reunião que apreciou o caso, em 28/4/17. Um dos pareceristas sugeriu que “uma alteração do regime de trabalho, para um regime em que o desenvolvimento de pesquisa represente uma parte menor, pudesse ser considerada,” o que obviamente implicaria redução salarial.

A professora Cynthia ingressou no ICMC em abril de 2013 e, após engravidar cerca de quatro meses depois, saiu de licença-maternidade em abril de 2014. Mesmo estando em licença maternidade, a docente foi obrigada a escrever seu relatório referente ao primeiro biênio de estágio experimental. Durante este período a docente desenvolveu seus projetos de pesquisa (tendo projeto de pesquisa aprovado pela Fapesp) e de extensão, participou de comissões e orientou iniciações científicas. Embora não tenha tido publicações no período, continuou desenvolvendo suas pesquisas durante o período gestacional. “Foi bastante complicado escrever um relatório estando com um bebê no colo. Na prática, estava escrevendo sobre apenas um ano de trabalho. Mais ainda, estava escrevendo sobre um ano não convencional. O que esperar de uma documentação produzida nestas condições?,” explicou ela em entrevista ao Informativo Adusp.

Dois anos depois, ao apresentar uma carta à Congregação do ICMC, Cynthia questionou as circunstâncias em que redigiu o seu primeiro relatório: “Não tem a licença-maternidade as mesmas prerrogativas de uma licença saúde?” “A USP não deseja ter mulheres como docentes? Não temos direito de constituir uma família?” (...)

A diretoria da Adusp entende que as especificidades da situação da professora Cynthia, particularmente no tocante à licença-maternidade, não foram de fato levadas em consideração. A professora foi pressionada para apresentação de relatório enquanto gozava de licença-maternidade e lhe foi cobrada produtividade após um ano de permanência em atividade. Além disso, elaborou relatórios, ao longo de seus quatro anos de USP, anualmente ou referentes a um período

do de trabalho correspondente a um ano de atividade, tendo invariavelmente sido cobrada de produtividade como um docente que não tem suas atividades interrompidas.

A decisão da Congregação de sugerir à CERT que instaure processo administrativo inaugura uma prática não utilizada pela USP que, até o momento, reservou esse procedimento para apuração de faltas graves e não para avaliação de desempenho. Esse é mais um caso exemplar de desrespeito à normas basilares que deveriam resguardar as relações de trabalho em uma instituição pública e de desatenção para as condições de vida das pessoas, o completo menoscabo da licença-maternidade.

É mais que sabido das interferências que a maternidade acarreta para todas as mulheres em relação aos diferentes papéis que desempenham na sociedade e está mais que estabelecida a necessidade de que lhes seja dada a devida proteção e segurança. A lógica opressora da USP, em sua saga produtivista, confunde capacidade, dedicação e compromisso com a onipresente "produção em série" de artigos científicos, e desumaniza o corpo docente e de funcionários técnico-administrativos nesses "tempos modernos" que retratam o retrocesso sem paralelo ora em curso.

Cresce o número de casos de docentes que procuram a Comissão de Atendimento aos Docentes da entidade por conta de opressões e desrespeitos análogos. Nesse cenário, merece destaque a postura ativa e coletivamente responsável de quem, como a professora Cynthia, vem a público denunciar o assédio institucional sofrido que não lhe poupa sequer durante a vigência de sua licença-maternidade e alerta para a necessidade de posicionamento individual e coletivo da categoria contra esse estado de coisas, que caminha a passos largos para o mais generalizado estado de opressão, inaceitável em qualquer ambiente de trabalho e, em particular, na USP. (Informativo Adusp, nº 444, 27/11/2017).

Em nova investida punitiva contra a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), os burocratas da Comissão Especial de Regimes de Traba-

lho (CERT) decidiram cortar a jornada e o salário do professor Maurício Cardoso, ex-chefe do Departamento de História (2013-2014) e responsável por importantes disciplinas da graduação.

Insatisfeito com o relatório apresentado por Cardoso para fins de avaliação do seu estágio probatório, referente ao biênio 2013-2014, o presidente da CERT, Osvaldo Novais de Oliveira Jr., recomendou ao então reitor Marco Antonio Zago, em 4/9/2017, que o docente fosse “desligado” do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e vinculado ao Regime de Turno Completo (RTC), correspondente a apenas 24 horas semanais e com salário 50% menor.

No apagar das luzes de sua gestão, em 24/1/2018, Zago decidiu “acompanhar” a deliberação da CERT. Caso encerrado? Definitivamente, não! O professor apresentou ao reitor Vahan Agopyan, em 22/3, um pedido de reconsideração da decisão tomada por Zago, acompanhado de memorial no qual retoma argumentos já apresentados à CERT. Nessa mesma data a Congregação da FFLCH ratificou manifestação unânime do Departamento de História em apoio à solicitação de Cardoso (<https://bit.ly/2utvEhL>).a CERT. (...)

Como registrou o Departamento no documento dirigido à professora Maria Arminda, ao justificar o apoio ao pedido de reconsideração: “O Conselho [Departamental] e a nossa chefia entendem que a decisão da CERT não levou em conta os inúmeros argumentos e informações fornecidas nos relatório se recursos apresentados pelo docente, não reconheceu a defesa enfática oferecida sistematicamente por esse Departamento e por Vossa Senhoria [...], nem tampouco os pareceres emitidos por docentes desta Faculdade”.

No pedido encaminhado ao reitor, Cardoso rebate as alegações da CERT, informando que entre 2008 e 2017 organizou um livro, publicou 11 capítulos de livros, três livros autorais, três artigos em revistas acadêmicas e 35 artigos de divulgação em revistas de circulação nacional. E que, ademais de participar de dois programas de Pós-Graduação, o de História Social e o de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, é coordenador deste último desde 2016.

Agora, o reitor Agopyan terá de decidir entre posições antagônicas: 1) revogar a medida tomada por

seu antecessor, reintegrando o professor Cardoso no RDIDP, ou mesmo submeter o caso à apreciação e deliberação do Conselho Universitário; e 2) rejeitar o pedido de reconsideração, mantendo a decisão de M.A. Zago. Informativo Adusp, nº 446, 06/04/2018.

O professor Marcos Sorrentino, da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) e diretor regional da Adusp em Piracicaba, foi convocado para uma oitiva por uma Comissão Sindicante instalada pela direção da unidade com a finalidade de investigar uma atividade acadêmica organizada em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A quarta edição da "Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária" aconteceu entre os dias 17 e 20/4 deste ano, organizada pelo Laboratório de Educação e Política Ambiental (OCA, ao qual pertence o professor Sorrentino), pelo Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE PTECA/ESALQ) e por movimentos sociais, como o MST.

No dia 18/4, no gramado central do campus, foi organizada uma oficina de lona preta em conjunto com o MST com o objetivo de mostrar como se montam as barracas de assentamentos e promover uma conversa sobre a vida de um militante acampado. Entretanto, no mesmo dia uma notícia falsa foi compartilhada nas redes sociais, espalhando o boato de que o MST estaria promovendo uma invasão do campus. A notícia foi rapidamente desmentida pela direção da ESALQ e pela Prefeitura do Campus.

Após o incidente, uma Comissão Sindicante foi instalada. Segundo Sorrentino, a oitiva para a qual foi convocado tinha duas perguntas principais como eixo de investigação. "Uma das perguntas era se havia autorização para utilizar a logomarca da ESALQ no evento, e eu falei que o laboratório que eu coordeno há 30 anos usa a logomarca para tudo porque é um laboratório da unidade," descreve Sorrentino. "A segunda questão era se algum colegiado da unidade havia aprovado a realização das atividades. Eu disse que trabalho aqui há 30 anos e nunca precisei da autorização de um colegiado para organizar diversas

atividades”

“Deixei muito claro: para mim é triagem ideológica”, defende o professor. A seu ver, isso é demonstrado pela diferença como foram tratados outros eventos recentes no campus como o ESALQShow, uma feira de empresas de agronegócio e transgênicos que aconteceu nos dias 10 e 11/10.

“A escola serve majoritariamente a essas grandes empresas que trazem recursos a laboratórios, e quando há um conjunto de professores ou estudantes que se comprometem com a agricultura familiar ou com agricultores acampados, vem esta triagem dizendo que não poderíamos usar o gramado para oficina”, explica Sorrentino.

Na academia e na sociedade, multiplicam-se os apoios ao professor Marcos Sorrentino, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), de Piracicaba, alvo de uma Comissão de Sindicância criada a propósito de atividade de extensão universitária que promoveu com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O caso, divulgado pelo Informativo Adusp 443, vem obtendo grande repercussão fora da USP e, mesmo, fora do Brasil.

No dia 28/11, a partir das 17 horas, será realizada na unidade uma mesa redonda com o tema “Universidade a serviço da sociedade: reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e liberdade de expressão.” A iniciativa é das vinte entidades, movimentos sociais e grupos acadêmicos responsáveis pela organização da “Jornada Universitária em Apoio à Reforma Agrária” (JURA), os quais acabam de divulgar uma Carta de Agradecimento “ao apoio à luta por uma universidade dialógica e comprometida com toda a sociedade”, bem como “à discordância frente a sindicância aberta supostamente para apurar as responsabilidades na utilização do gramado central da ESALQ na realização de uma oficina, chamada de ‘lona preta’, sem um único dano ao gramado, onde integrantes do MST contavam sobre a realidade de viver sob barracos e da luta pela reforma agrária popular” (Informativos Adusp nº 443 e 444 de 06/11/2017 e 27/11/2017)

Além do aprofundamento de uma concepção de avaliação centralizada e punitiva materializada na criação da nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA), da ampliação dos desmandos da CERT que, nos últimos anos vem, de

forma recorrente, ampliando prazos de períodos probatórios e, até mesmo, desligando docentes do Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e do arrocho salarial a que foi submetida a categoria durante a gestão Zago-Vahan, outra forma de ataque e precarização da carreira docente na USP tem sido a insuficiência de concursos para professores efetivos e o amplo recurso a contratação de professores temporários conhecidos como “precários”. Nos últimos meses a diretoria da Adusp vem realizando o levantamento das perdas de docentes e contratações precárias. Alguns números foram apresentados em matérias ao *Informativo Adusp* que são sintetizadas a seguir.

Acontece que não se trata de um fenômeno isolado na USP: de março de 2015 a julho de 2017, o número de professores temporários na universidade passou de 39 para 196, ou seja, quase quintuplicou. Segundo o portal do Departamento de Recursos Humanos da USP, só entre julho e agosto deste ano foram abertos 74 processos seletivos para docentes temporários. Essa prática amplia e intensifica a precarização do trabalho docente. (...)

O Diretor da ECA, professor Eduardo Monteiro, aponta o contingenciamento de recursos do Orçamento, que impediu a unidade de contratar professores efetivos em 2016. “O aumento do número de professores temporários se deve ao número de vagas em aberto atualmente na ECA em decorrência de aposentadorias recentes (maioria dos casos) e demissões (em menor número), que ainda não foram repostas ao nosso quadro de servidores docentes.” (...)

No conjunto da USP, percebe-se que entre março de 2015 e julho de 2017 o número de professores em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) reduziu-se em 330, enquanto o número de inativos cresceu em 249. No mesmo período, a proporção de docentes em RDIDP no corpo docente da universidade caiu de 86,90% para 84,98%, enquanto o contingente de temporários aumentou de 0,63% para 3,32%. (...)

“A contratação de professores temporários é uma precarização gigantesca do trabalho docente, impondo aos colegas jovens uma exploração em troca de algum ganho de experiência. Além disso é, evidentemente, um problema para a qualidade do ensino, pois, independentemente dos méritos e da vontade

do colega, o fato é que quando este já estiver familiarizado com o curso seu contrato estará se encerrando e logo em seguida entrará um novo professor que vai ter de começar tudo do zero”, comentou o professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp.

“O que temos apontado é que por trás da contratação de temporários está um projeto maior da Reitoria”, continua ele. “Projeto que pretende dividir os docentes entre professores pesquisadores, com direito a dedicação exclusiva, e professores destinados apenas a atividades didáticas, com baixos salários, regime de turno parcial e contratos precários, quebrando assim a indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e a dedicação exclusiva como regime preferencial — bases da qualidade da universidade. É o problema do financiamento da USP ditando a política acadêmica.”

O número geral de docentes da Universidade de São Paulo caiu de 6.207, em setembro de 2014 (primeiro ano da gestão M.A. Zago-Vahan Agopyan), para 5.853 em fevereiro de 2018. Portanto, uma queda de 354 professores no corpo docente em pouco mais de três anos. Porém, o cenário é ainda mais grave quando computadas as perdas sofridas no quadro de professores efetivos. Como a maior parte da reposição de vagas abertas nesse período se deu por meio da contratação de professores precários (temporários), para voltar ao patamar de 2014 a USP precisa repor, atualmente, nada menos do que 499 docentes efetivos, na quase totalidade das unidades, isso sem incluir a reposição das aposentadorias. Esses dados foram revelados por um amplo levantamento efetuado pela Adusp, que tomou como base as folhas de pagamentos de 2014 a 2018, disponíveis no Portal da Transparência da USP. (...)

Na aprovação do Orçamento da USP para 2018, aceitou-se com a possibilidade de 150 concursos efetivos. Tal perspectiva, se vier a materializar-se, ocasionará apenas uma pausa ou uma pequena redução no ritmo de perdas, como aponta o professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp: “É preciso registrar que tal número, ainda que positivo, especialmente se comparado com os pouquíssimos concursos para efetivos nos últimos anos, não permite nem o preenchimento das vagas de professores que irão se aposentar durante o ano.”

Como revelado pelo Informativo Adusp 445, o corpo

docente da USP perdeu 354 professores entre setembro de 2014 e fevereiro de 2018. Fruto da política reitoral de congelamento de contratações, o problema é ainda pior quando se considera o quadro de professores efetivos: há atualmente um déficit de pelo menos 499 docentes, se considerarmos como patamar o contingente de 2014. Este cenário dramático é agravado pela política de reposição dos professores efetivos aposentados por docentes temporários, com contratos precarizados de prazo determinado e baixíssimos salários. Entre 2015 e 2018, por exemplo, a USP contratou apenas 128 professores efetivos, contra mais de 200 professores temporários.

O resultado é a precarização e sobrecarga no trabalho do conjunto do corpo docente. Nas diferentes unidades, repetem-se os mesmos problemas: extinção de disciplinas, superlotação de salas, sobrecarga de trabalho, prejuízo à pesquisa e à extensão. “Só em 2018 eu já recusei cinco alunos que queriam fazer Iniciação Científica ou Trabalho de Conclusão. A gente tem que dizer ‘não’ aos alunos porque já estamos com o número máximo. Acaba atendendo o máximo que pode e observa a falta de orientadores para esses alunos,” relata ao Informativo Adusp o professor Antonio Carlos Brolezzi, do Instituto de Matemática e Estatística (IME). Ao assumir aulas de Cálculo no curso de Farmácia (FCF), pela impossibilidade de dividir a turma com outro colega Brolezzi teve de lecionar para 95 alunos.

O excesso de alunos por docente ocorre em todas as unidades. “Se eu vou para campo de estágio com três grupos, tenho que repetir esta aula três vezes e os alunos acabam indo menos ao campo. Ou seja: as idas dos alunos diminuiram, a dos docentes aumentou. Este impacto a gente sente na formação,” explica a professora Áurea Minagawa Toriyama, da Escola de Enfermagem (EE), à nossa reportagem. “Teve disciplina que parou de ir a campo, reduziu tanto o número de professores que a aula ficou só na teoria. Para Enfermagem, isto é muito grave, precisa ir a campo.” [Foi pesquisado impacto em diferentes cursos por meio de depoimentos dos docentes publicados na matéria]. Informativos Adusp, nº 440, 13/09/2017, nº 445, 14/03/2018 e nº 446, 06/04/2018.

Em março de 2018, considerando a necessidade de abrirmos diálogo com a “nova gestão” reitoral sobre o conjunto das demandas expressas nas lutas e ações até aqui expostas no presente relatório, a Adusp solicitou audiência com a Reitoria da USP e foi atendida.

O reitor Vahan Agopyan recebeu em 26 de março, na Reitoria, a Diretoria da Adusp, representada pelos professores Rodrigo Ricupero, Ivã Gurgel e Michele Schultz, respectivamente presidente, primeiro vice-presidente e segunda vice-presidente. Pela Reitoria estavam presentes, ainda: o vice-reitor Antonio Carlos Hernandez; o pró-reitor e a pró-reitora adjunta de Graduação, Edmund Baracat e Maria Vitória Lopes Badra Bentley; os pró-reitores adjuntos de Pós Graduação, Márcio de Castro Silva Filho, e de Cultura e Extensão Universitária, Margarida Maria Krohling Kunsch; o chefe de Gabinete, Gerson Tomanari, e o coordenador executivo do Gabinete, Thiago Liporaci. A reunião transcorreu em clima cordial e foi acompanhada pela assessoria de imprensa da Reitoria.

Após rodada de apresentações, o professor Ricupero iniciou a conversa mencionando o papel crítico que a Adusp vem desenvolvendo ao longo dos anos, bem como a necessidade de diálogo e debate na universidade. A partir daí foram abordados temas como a questão do financiamento, a valorização dos docentes, salários, contratações, carreira, RDIDP, avaliação e outros. Os resultados da audiência se encontram publicados no *Informativo Adusp* nº 446, de 6/4/2018 (<https://bit.ly/2B8lgPP>).

3.3. Dimensão da organização sindical

Entre os eixos orientadores da gestão 2017/2019 da Diretoria da Adusp, definidos durante as reuniões de planejamento realizadas com a Diretoria Ampliada no início de 2017, estão a “aproximação com a base” e a “política de comunicação”, ambas interligadas.

No que diz respeito à Comunicação, temos procurando intensificar a promoção de debates em série que estamos denominando “Adusp Debate”. Em 2018, um dos debates promovidos se deu em março, “mês da mulher”, quando foi abordada a questão de gênero. A Adusp promoveu no dia 22 de março, no Instituto de Matemática e Estatística (IME), uma roda de conversa sobre violência contra as mulheres. Participaram como convidadas as professoras Heloísa Buarque de Almeida (FFLCH) e Elizabeth Lima (FM), que integram a Rede Não Cala! USP, grupo autônomo de professoras e pesquisadoras, formado em 2015 com a finalidade de combater a violência de gênero na universidade.

Ao dar início à atividade, a professora Michele Schultz (EACH), diretora da Adusp, explicou que a roda de conversa faz parte de um ciclo de debates que a entidade está organizando nas unidades¹⁴.

No que diz respeito à “aproximação com a base”, um conjunto de medidas vem sendo desenvolvidas, desde a elaboração de um prospecto de apresentação da entidade que foi enviado junto com brindes e os dois últimos números da *Revista Adusp* a todos os docentes recém ingressos na universidade ainda não sindicalizados, até um ciclo de visitas realizadas pelo presidente da Adusp, Rodrigo Ricupero, e alguns membros da Diretoria aos diversos *campi* e unidades da USP. As primeiras visitas aconteceram nos campi do interior, em 2017, e em 2018 se estenderam para o campus central do Butantã como mostram as matérias publicadas nos *Informativos Adusp* sintetizadas a seguir.

Nos dias 16 e 17/9 a Diretoria da Adusp visitou, respectivamente, os campi da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA), em Pirassununga, e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), em Piracicaba. A iniciativa vincula-se ao planejamento da Diretoria, que busca intensificar o diálogo com a categoria docente. A delegação da Adusp foi composta pelos professores Rodrigo Ricupero, presidente, Cláudio Alvarenga, segundo-secretário, e Ciro Correia, coordenador do Departamento Jurídico.

As reuniões envolveram quinze professores em Pirassununga e cerca de vinte na ESALQ. As fotografias registram a conversa realizada no Anfiteatro do Pavilhão de Ciências Humanas da ESALQ, em 17/9, da qual participou também o diretor regional da Adusp, professor Marcos Sorrentino.

Compareceram a ambas as reuniões docentes com variados “tempos de casa” (desde recém contratados a próximos da aposentadoria), que puderam apresentar suas preocupações em relação à nova avaliação do docente, à avaliação realizada pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e à aposentadoria. Relataram ainda sua insatisfação frente ao aumento da carga didática, dada a falta crescente de docentes, à imposição de férias e, de maneira geral, ao constante aumento de tarefas e às formas impositivas adotadas pela Reitoria nos mais variados aspectos da atividade docente.

¹⁴ Informativo Adusp, nº 446, 06/04/2018.

Além de apresentar suas posições sobre os temas levantados, a Diretoria da Adusp expressou sua determinação de aproximar mais os colegas dos campi com a entidade, bem como facilitar o acesso dos sócios de Pirassununga e Piracicaba ao atendimento do Departamento Jurídico.

A Diretoria planeja para 2018 um ciclo de visitas ao máximo possível de unidades da USP, tanto na capital como no interior. Informativo Adusp, nº 444, 27/11/2017).

Calendário de visitas a unidades e chamada para debate “Para onde vai a USP?” – parte da política de “aproximação com a base” – 2018. Fonte: <https://www.adusp.org.br/>

Diretoria da Adusp visita

- ✓ Instituto de Psicologia: 2 de abril, segunda, 12h30, na sala 19E do bloco G
- ✓ Instituto de Geociências: 3 de abril, terça, 11h, no Auditório A3
- ✓ ECA: 4 de abril, quarta, 14h, sala 38 do CJE
- ✓ Veterinária: 9 de abril, segunda, 14h, bloco didático - sala 4
- ✓ Escola de Enfermagem: 11 de abril, quarta, 13h30, sala 23
- ✓ Campus de Ribeirão Preto: 18 de abril, quarta, 19h, Anfiteatro Lucien Lison A - FFCLRP
- ✓ Campus de São Carlos: 19 de abril, quinta, 10h, Sala da Pós-graduação 2 - IAU
- ✓ I. de Biociências: 24 de abril, terça, 12h30, sala 2 do Ed. Felix Rawistcher ("Edifício Minas")
- ✓ FEA: 24 de abril, terça, 17h, sala E-01
- ✓ EACH: 25 de abril, quarta, 13h, Auditório Vermelho
- ✓ Fac. de Direito: 25 de abril, quarta, 17h30, Auditório do 4º andar do prédio anexo

Para onde vai a USP?

Venha discutir o balanço da gestão Zago e as perspectivas da gestão Vahan, incluindo a situação financeira da universidade, a avaliação docente (CERT, CPA), a falta de professores, a questão salarial entre outros temas.

Ainda no âmbito da ação sindical, cabe informar que a Adusp enviou delegação ao 37º Congresso do Andes Sindicato Nacional ocorrido em fins de janeiro, em Salvador/BA, como consta no relatório a seguir, produzido pelos(as) delegados (as).

O 37º Congresso do Andes SN (Salvador/BA, 22 a 27/1/2018) teve como tema: "Em defesa da Educação Pública e dos direitos da classe trabalhadora, 100 anos da reforma de Córdoba." A Adusp participou do Congresso com 10 delegados: Ana Luiza Costa, César Minto, Eliel Orenha, Everaldo Andrade, Jean Pierre Chauvin, João Zanetic, Lighia Horodinsky-Matsushigue, Marcos Sorrentino, Osvaldo Coggiola e Waldir Beividas.

Nas discussões preparatórias para o Congresso, debatemos as teses a serem lá discutidas e definimos que as/os delegadas/os, a partir daquelas orientações gerais, poderiam votar nas plenárias e Grupos de Trabalho (GT) de acordo com suas próprias convicções.

Um dos dias do Congresso coincidiu com o dia do julgamento do ex-presidente Lula. Logo no início, foi aprovada uma moção que repudiava a seletividade da justiça, tendo como referência o julgamento do ex-presidente. A partir daí, ocorreram discussões intensas, onde foram explicitadas algumas divergências, que se estenderam pelo evento todo. Em síntese, as divergências diziam respeito a participantes que apoiavam um tom mais geral da moção na defesa das liberdades democráticas e aqueles que propugnavam um pronunciamento mais direto em defesa do ex-presidente Lula e de seu direito a ser candidato nas próximas eleições.

Na plenária de abertura, foi aprovada a centralidade da luta para o próximo período: "Fortalecer a unidade de ação com os setores dispostos a barrar e revogar as contrarreformas. Construir as lutas e a greve do funcionalismo público federal, estadual e municipal em defesa da educação e dos serviços públicos e da garantia de direitos, rumo a uma nova greve geral. Fora Temer. Nenhum direito a menos."

Outros temas foram discutidos como a manutenção da filiação do Andes-SN à CSP-Conlutas. Os participantes reafirmaram tal filiação, mas um contingente expressivo de pessoas defendeu que era necessário realizar um balanço crítico, com vistas a uma eventual desfiliação.

Temas como as questões relacionadas a perseguições políticas de militantes nas universidades e fora delas, os episódios que envolveram conduções coercitivas consideradas agressivas e desnecessárias a dirigentes universitários também foram tratados.

Tiveram igualmente destaque debates e ações sobre assédio - moral, sexual -, questões relacionadas aos preconceitos e opressões, de gênero, étnico-raciais e tantas outras. Foi discutido e deliberou-se pelo fortalecimento do Movimento Pela Ciência e Tecnologia Públicas.

Foi reafirmada a construção do III Encontro Nacional de Educação (III ENE) e aprovada a participação na Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), ocasião na qual o Andes-SN deverá defender seu projeto educacional.

Sobre as eleições para o Andes-SN, que acontecerão em maio de 2018, durante o Congresso foram registradas duas chapas, que pelas regras vigentes bastava inscrever os candidatos a presidente, a secretário-geral e a primeiro tesoureiro. As montagens das chapas ocorrem no prazo de 30 dias a partir da data da inscrição no Congresso e são ou não homologadas pela Comissão Eleitoral no início de março, tudo isso já aconteceu e as duas chapas estão aptas a concorrer à direção do Andes-SN.- Congresso do Andes.

4. Campanha Salarial

No ano de 2017 o Fórum das Seis adotou como pauta de reivindicações para a campanha salarial: “Reposição salarial na data-base para servidores docentes e técnico-administrativos das três universidades e do Ceeteps, já, de acordo com o ICV do Dieese, correspondente à inflação do período de maio/2016 a abril/2017, mais a diferença da inflação não paga do período maio/2015 a abril/2016 (que corresponde a 6,33%). Na Unesp, pagamento do índice de 3% concedido na data-base de 2016 e ainda não quitado pela universidade, com retroatividade a maio/2016. Definição de política para repor as perdas anteriores”¹⁵. Entretanto, as entidades sindicais das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza encontraram, novamente, a proposta de 0% de reajuste por parte do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp). Essa decisão foi informada na segunda rodada de “negociação” da data-base 2017, em 17 de maio, pelo professor Sandro Roberto Valentini, reitor da Unesp e então presidente do Cruesp.

Sob as palavras de ordem “Arrocho Não! É preciso resistir!” a Adusp e as demais entidades, que compõem o Fórum das Seis, denunciaram reiteradamente as perdas no poder aquisitivo dos salários de docentes e técnicos administrativos: 10% para a USP e Unicamp e 13% para a Unesp que não pagou o reajuste de 3% oferecido em 2016 pelas outras duas universidades.

Em Assembleia Geral de 18 de maio de 2017, cujo ponto principal foi a campanha da data-base, diante da proposta de 0% de reajuste, a categoria deliberou pela paralisação e ato em frente à sede do Cruesp, durante a reunião entre Cruesp e Fórum das Seis, no dia 5 de junho. Uma nova Assembleia Geral foi agendada para continuar o debate sobre data-base em 31 de maio.

O ato do dia 5 de junho aconteceu debaixo de chuva e reuniu professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos das três universidades estaduais paulistas para protestar em frente à sede do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo (Cruesp), onde acontecia a terceira rodada de “negociação” desta data-base entre o Fórum das Seis e os representantes dos reitores.

Na reunião, o Cruesp manteve sua proposta de “reajuste” salarial zero para as três universidades. A matéria do *Informativo Adusp* nº 437, de 8/6/17, traz a declaração do professor João Chaves, presidente da Adunesp e um dos coordenadores do Fórum das Seis, que sintetiza o significado da ação do Cruesp. “Os reitores mais uma vez colocaram na mesa de negociação, unilateralmente, a

¹⁵ Boletim do Fórum das Seis, 07/04/2017.

redução do poder aquisitivo dos nossos salários, que atinge, nos últimos dois anos cerca de 10% para a USP e a Unicamp e de 13% para os trabalhadores da Unesp. (...) Mais uma vez vão confiscar nossos salários para manter as universidades funcionando”.

No início de junho de 2017, o Conselho Universitário da USP reafirma a proposta do reitor da USP, Marco Antonio Zago e do Cruesp de 0% de reajuste salarial para docentes e técnicos administrativo, com a possibilidade de uma nova rodada de negociações no segundo semestre do ano a depender da arrecadação do ICMS.

Diante desse cenário, a Assembleia Geral da Adusp reunida em 22 de junho de 2017 aprovou: Continuidade da campanha de data-base com a perspectiva de negociar reajuste salarial no segundo semestre de 2017; Continuar contrapondo-se ao arrocho salarial e aos cortes de verbas baseados nos “informativos Codage”, fornecendo dados e análises sobre a crise de financiamento da USP; Participação do Ato pelo financiamento adequado das universidades (LDO) em 28 de junho, às 14 horas, na Alesp para o qual houve ônibus saindo do campus Butantã e da EACH; Continuar realizando atividades regulares denunciando a precariedade do financiamento da USP, em especial no que se refere ao quadro de pessoal (docentes e técnico-administrativos).

5. Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Internas (CI)

A Associação dos Docentes da USP conta com diversos Grupos de Trabalho (GT) e Comissões Internas (CI). Os Grupos de Trabalho são temáticos e abertos à participação dos docentes associados à entidade, enquanto que as Comissões Internas são compostas por integrantes da Diretoria.

A seguir, relato das atividades de alguns dos Grupos de Trabalho, no período de abril/17 a março/18.

5.1 GT – Ciência e Tecnologia (GT-C&T)

A composição atual do GT conta com a representação dos professores César Minto (FE) e Ivã Gurgel (IF).

No período de abril de 2017 a março de 2018, o GT-C&T da Adusp esteve representado nas atividades relacionadas a seguir:

- Reunião ordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 27 de setembro de 2017, na ALESP, que discutiu o novo marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo de acordo com o Decreto nº 62.817, de 4/9/17. A reunião ocorreu em conjunto com as Frentes Parlamentares em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e Fundações Públicas e em Defesa das Universidades Públicas.
- Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia (GT-C&T) do ANDES-SN, de 6 a 8 de outubro de 2017, na sede do Sindicato Nacional em Brasília/DF. Principais pontos da pauta: Produção dos vídeos II e III com base no Seminário de BH; Produção do Caderno de C&T; Reunião com Movimento pela Ciência e Tecnologia Pública (*MCTP*).
- Reunião ordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em 18 de outubro 2017, na ALESP, na qual contou com a participação do Grupo de Trabalho responsável pelo Decreto nº 62.817 relativo ao novo marco legal de Ciência, Tecnologia e Inovação estadual.
- Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia (GT-C&T) do ANDES-SN, de 28 a 29 de outubro 2017, na sede do Sindicato Nacional em Brasília/DF, cuja pauta tratou dos seguintes itens: conjuntura e situação da C&T no Brasil; produção do caderno C&T e dos vídeos do Seminário SBPC Paralela.
- Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia (GT-C&T) do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

(ANDES-SN), na sede da Regional Nordeste I do ANDES-SN, em Fortaleza/CE, nos dias 25 e 26 de novembro de 2017. O GT se reuniu para tratar das produções do Caderno C&T e de vídeos do Seminário SBPC Paralela.

- Reunião do Grupo de Trabalho sobre Ciência e Tecnologia (GT-C&T) do Sindicato Nacional, no dia 6/4/18, na sede do ANDES-SN, Brasília/DF, que discutiu: análise do Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o "Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação" (Lei nº 13.243/2016, cuja discussão contou com a participação da AJN - Assessoria Jurídica Nacional); análise do Projeto de Lei nº 5.243/2016, que autoriza a criação da EMBRAPA TEC; discussão sobre propostas para C&T referente ao manifesto "Unidade para reconstruir o Brasil", lançado em 20/2/2018 pelas fundações: Lauro Campos (PSOL), Leonel Brizola - Alberto Pasqualini (PDT), Perseu Abramo (PT), João Mangabeira (PSB) e Maurício Grabois (PCdoB).
- Reunião conjunta dos grupos de trabalho do Sindicato Nacional: GT-C&T, GT-PE e GT-Verbas, de 7 a 8 de abril de 2018, na sede do ANDES-SN, em Brasília/DF, que tratou da construção de documento sobre Financiamento e Orçamento da Educação.

As atividades do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia da Adusp realizadas no período considerado contribuíram na elaboração de dois documentos importantes para subsidiar a categoria docente e a sociedade em geral:

- "Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) - riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil", cartilha datada de março/2017, mas de fato disseminada em maio/junho do mesmo ano, sendo que a Adusp a reproduziu e enviou para todos os associados em junho de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2DNc236>.
- Cadernos ANDES-SN n. 28, "Neoliberalismo e Política de C&T no Brasil - um balanço crítico (1995-2016)", publicada em janeiro de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2BfRTLQ>.

5.2 GTPAUA - Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental – do Andes-SN

Representantes da Adusp no GTPAUA – do ANDES-SN: Lilian Gregory (FMVZ) e Marcos Sorrentino (ESALQ).

A professora Lilian esteve presente na reunião do GT, convocada pelo

Sindicato Nacional, de 13/4/17. Principais tópicos discutidos:

- os impactos sobre as IES dos cortes de financiamento e a pressão exercida para a alienação das áreas patrimoniais nos campi das cidades e interior;
- as PEC 65/2012; PEC 215/200 que afetam o licenciamento ambiental, o PL 654/2015 que trata das áreas indígenas e quilombola, a alteração de uso das Reservas Legais;
- eventos preparatórios ao Seminário Nacional "Desafios atuais das questões agrárias, urbanas, ambientais, indígenas e quilombolas" agendado para a segunda quinzena de novembro de 2017, na cidade de São Luís-MA.

Foi realizado no dia 29 de junho de 2017, em São Paulo, o evento preparatório para o Seminário Nacional do GTPAUA, com a programação descrita abaixo:



Grupo de Trabalho de Política Agrária , Urbana e Ambiental (GT- Paua)
Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP)
Deutschsprachige Alumni São Paulo (DASP)
Rede Brasil-Alemanha Internacionalização do Ensino Superior (REBRALINT)
Departamento de Clínica Médica - VCM - FMVZ - USP

Gostaríamos de convidá-los a participar do Ciclo de Conferências:

AVALIAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NO PONTAL DO PARANAPANEMA E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Palestrantes:

- Bernardo Mançano Fernandes - UNESP, Presidente Prudente
- Carlos Alberto Feliciano - UNESP, Presidente Prudente
- Marcos Sorrentino - ESALQ

DATA: 29 de Junho de 2017
HORÁRIO: 8h30 às 16h
LOCAL: Auditório do Depto. Clínica Médica da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia —USP

Durante o encontro a representante da Adusp, Lilian Gregory comentou que está desenvolvendo dois projetos com apoio da FAPESP, sobre as questões agrárias e ambientais intitulados :

- 1 - “Avaliação clínica de bovinos expostos à alta concentração de metais

pesados e sua relação com a mudança da microbiota intestinal, ruminal e respiratória e o desenvolvimento de resistência a antimicrobianos”.

2 - “Avaliação da cadeia produtiva de leite no Pontal do Paranapanema e seus impactos no Desenvolvimento territorial”.

5.3 GT – Política Educacional (GTPE)

O GT é composto atualmente pelos seguintes integrantes: Ana Luiza Jesus da Costa (FE), Carmem Sylvia Vidigal de Moraes (FE), César Augusto Minto (FE), Eduardo Giroto (FFLCH), Ivã Gurgel (IF), João Zanetic (IF), Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue (IF), Lisete Regina Gomes Arelaro (FE), Otaviano Helene (IF) e Rubens Barbosa de Camargo (FE) compõem o GTPE.

Atuação do GTPE/Adusp junto ao GTPE/ANDES-SN durante o ciclo de abril/2017 a março de 2018:

- Reunião do GTPE do ANDES-SN, nos dias 7 e 8 de abril de 2017, na sede do Sindicato Nacional em Brasília/DF, que contemplou a seguinte pauta: 1) Informes da Diretoria Nacional e das Seções Sindicais; 2) Elaboração de Material sobre a Contrarreforma do Ensino Médio ; 3) V Seminário Estado e Educação; 4) BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). A discussão do item 2 (contrarreforma do ensino médio) foi subsidiada por um texto inicial para fundamentação da questão elaborado pelos docentes Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue, Alexandre Náder e José dos Santos Souza, conforme deliberado no evento do GTPE realizado de 17 a 19 de fevereiro de 2017. O GTPE da Adusp esteve representado pela Professora Lighia.
- V Seminário Estado e Educação do ANDES-SN, realizado de 4 a 6 de maio de 2017, nas dependências da Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória/ES). Inscreveram-se, para participar do Seminário, os docentes César Augusto Minto e Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue. A professora Lisete Arelaro foi uma das pessoas convidadas a compor a mesa “O financiamento da educação face ao ajuste fiscal” realizada no primeiro dia do evento.
- Reunião do GTPE do ANDES-SN, em 7 de maio de 2017, na sede da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (ADUFES) em Vitória/ES, que contou com a presença da professora Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue, do GTPE-Adusp. A reunião tratou as seguinte pauta: a) Informes das Seções Sindicais e Diretoria Nacional, b) Avaliação do V Seminário Estado e Educação, c) Preparação

para o III ENE; d) Deliberações do 36º Congresso e atualização do Plano de Lutas para o 62º CONAD.

Diversas reuniões do GTPE nacional aconteceram entre junho de 2017 e março de 2018, mas devido a compromissos acadêmicos, sindicais e particulares, os representantes do GTPE da Adusp não participaram.

As íntegras das convocatórias e dos relatórios das reuniões do GTPE do ANDES-SN estão disponíveis em: <http://www.andes.org.br/andes/print-grupo-trabalho.andes?id=18>

5.4 GT Saúde

A atual diretoria da Adusp, que iniciou seu mandato em julho de 2017, retomou os grupos de trabalho (GTs) formados na gestão anterior. Foi feita uma consulta às/aos integrantes do GT Saúde anterior e outras pessoas foram convidadas a compor o GT. As pessoas que compõem o GT Saúde atualmente são: Annie Hsiou (FFCLRP), Beth Lima (FM), Cláudio Alvarenga (FMVZ), Eliel Orenha (FOB), Lighia Brigitta Horodynski-Matsushigue (IF), Lilian Gregory (FMVZ), Márcia Regina Car (EE), Marco Akerman (FSP), Marie Claire Sekkel (IP) e Michele Schultz (EACH)

De acordo com o definido pela Diretoria da Adusp, o GT Saúde pautou suas ações em três eixos principais, conforme descritos abaixo.

Defesa do Hospital Universitário como uma unidade universitária voltada à formação de profissionais de Saúde (graduação e pós graduação *latu e strictu sensu*), ao atendimento às pessoas das comunidades locais (Distrito Butantã e USP) e à pesquisa.

O Hospital Universitário (HU) vem sofrendo, desde a gestão Zago-Agopyan, um processo de desmonte que pretende desvincular da USP este importante instrumento de ensino, pesquisa, cultura e extensão universitárias. Para alcançar tal objetivo, a gestão Zago-Agopyan colocou em prática ações que permitiram um processo de corrosão interno, atacando o maior bem da universidade: as pessoas que trabalham e produzem conhecimento. Os dois Planos de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV), instalados por circunstância do discurso de crise financeira, afetaram enormemente o quadro funcional do HU, inviabilizando vários serviços de atendimento à comunidade. Foram perdidos muitos funcionários técnico-administrativos e profissionais da Saúde e o resultado foi que vários setores do HU deixaram de funcionar, situação agravada após o segundo PIDV. Apesar do evidente cenário de desmonte, após a

tentativa de desvinculação barrada por decisão do CO, o então reitor Zago afirmou em outra reunião desse colegiado (em 28 de novembro de 2017), que “existe quase o dobro de médicos por leito no HU comparado com o Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto”. Nesta mesma reunião, em que se definiram as Diretrizes Orçamentárias para 2018, estudantes da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem, que estavam em greve, realizaram protesto em defesa do HU e por contratações para repor o quadro funcional¹⁶, o que, infelizmente, até hoje, não se concretizou. A grande mobilização popular, organizada pelo Coletivo Butantã na Luta, com ações dentro e fora da USP, resultou num abaixo-assinado contendo 60 mil assinaturas de pessoas da comunidade, sendo que quase todas relatavam terem sido bem atendidas pelo HU, em situações de urgência ou emergência, ao longo de sua trajetória de vida familiar. Essa importante mobilização pressionou a Assembleia Legislativa a aprovar emenda à LO 2018 que destina 48 milhões dos royalties do petróleo (verba essa disponível pela primeira vez no referido ano e alocada, por Lei Federal, às áreas de Educação e Saúde) para contratação de funcionários para o HU; contudo, até hoje, a destinação de tal verba não corresponde ao que lhe foi atribuído pela Alesp.

Vahan Agopyan assumiu a reitoria em 29 janeiro de 2018 e o HU se encontrava na mesma situação da gestão anterior, mesmo com grande mobilização popular. O Coletivo Butantã na Luta, juntamente com estudantes organizados e com apoio da Adusp, realizou várias atividades entre passeatas, idas à Assembleia Legislativa, reuniões com o reitor recém empossado e um Seminário realizado no último dia 09 de maio.

O GT Saúde solicitou uma audiência com o superintendente, Luiz Eugênio Garcez Leme da Faculdade de Medicina, que havia tomado posse no dia 2 de março de 2018, com o objetivo principal de entender o que a gestão Agopyan-Hernandez pretendia fazer com o HU. A reunião aconteceu no dia 5 de abril e, entre outros assuntos discutidos, o superintendente e seus assessores afirmaram que “o HU é da USP”¹⁷.

Apesar de reconhecerem a urgente necessidade de contratação para a manutenção dos serviços do HU, até hoje os gestores não resolveram a questão, com o agravante de que a reitoria alega não ter recebido os 48 milhões destinados ao HU. Ou seja, o processo de desmonte iniciado na gestão Zago-Agopyan continua e o destino do HU é incerto!

¹⁶ Mais detalhes em: <https://www.adusp.org.br/index.php/orcamento/2979-co-de-28-11-rejeita-a-contratacao-de-servidores-para-o-hospital-universitario-e-reajuste-salarial>

¹⁷ Mais detalhes em: <https://www.adusp.org.br/index.php/defesauniv/3050-superintendente-do-hospital-universitario-recebe-em-audiencia-gt-saude-da-adusp>

O GT Saúde solicitou às unidades da USP que usam o HU para ensino que nos enviassem um levantamento do número de estudantes e atividades realizadas no período de 2013 a 2017. Apesar de, das oito unidades usuárias, somente três terem respondido, os números mostram a importância que o HU tem para a formação de profissionais de todos os cursos de Saúde oferecidos na Cidade Universitária, Quadrilátero da Saúde e USP Leste.

Defesa das políticas públicas de Saúde nos âmbitos municipais, estaduais e federal

O GT Saúde tem acompanhado com atenção as intenções de privatização dos equipamentos e serviços públicos de Saúde dos governos municipais, estaduais e federal.

Participamos de reuniões da Plenária Municipal de Saúde que continua as discussões em defesa irrestrita do SUS e da Saúde Pública.

Saúde docente, especialmente as questões internas à USP (adoecimento docente, insalubridade etc.)

O GT Saúde entende que a pauta da saúde docente é extremamente importante e, dentre os temas mais urgentes, está o da Saúde Mental. Uma tarefa a ser executada no 2o semestre de 2018 será a realização de um seminário sobre o tema, no contexto do “Adusp Debate”, série de eventos pensados e organizados pelo GT Comunicação.

Outra ação a ser executada em curto período de tempo é um levantamento sobre a Saúde docente na USP. Para isso, o GT Saúde utilizará modelo de pesquisa sugerido pelo Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA) do ANDES-SN.

6. Participação nas atividades do Andes-SN

Data	Local	Evento	Representante(s)
7-8/4/17	DF	Reunião do GTPE	Lighia Matsushigue (IF)
13/4/17	DF	Reunião do GTPAUA	Lilian Gregory (FMVZ)
4-6/5/17	DF	V Seminário Estado e Educação	César Minto (FE), Lighia Matsushigue (IF)
7/5/17	ES	Reunião do GTPE	Lighia Matsushigue (IF)
12/5/17	RJ	Reunião das IFES, IEES-IMES	César Minto (FE)
13-16/7/17	RJ	62º CONAD	Cláudio Alvarenga (FMVZ), Everaldo Andrade (FFLCH)
6/10/17	DF	Reunião das IFES, IEES-IMES	César Minto (FE)
6-8/10/17	DF	Reunião do GTC&T	César Minto (FE)
19/10/17	RJ	Reunião das IFES, IEES-IMES	César Minto (FE)
21/10/17	RJ	Reunião das IEES-IMES	César Minto (FE)
28-29/10/17	DF	Reunião do GTC&T	César Minto (FE)
24-25/11/17	DF	Encontro Coletivo Jurídico	Chris Alves e Lara Ferreira (Jurídico Adusp), Waldir Bevidas (FFLCH)
25-26/11/17	CE	Reunião do GTC&T	César Minto (FE)
22-27/1/18	BA	37º Congresso do ANDES-SN	Ana Costa (FE), César Minto (FE), Eliel Orenha (FOB), Everaldo Andrade (FFLCH), Jean Pierre Chauvin (ECA), João Zanetic (IF), Lighia Matsushigue (IF), Marcos Sorrentino (ESALQ), Osvaldo Coggiola (FFLCH), Waldir Bevidas (FFLCH).
16/2/18	DF	Reunião conjunta do GTPE, GTC&T e GTVerbas	César Minto (FE)
6-8/4/18	DF	Reunião conjunta do GTPE, GTC&T e GTVerbas	César Minto (FE)

7. Representação da Adusp em diversas atividades

Data	Local	Evento	Representante(s)
12/4/17	USP-Butantã	Palestra "O papel do professor e o ensino em Ciências da Natureza"	César Minto
19/4/17	CRAPUFPR	Debate sobre o marco legal de Ciência e Tecnologia (C&T) e Inovação	César Minto
25/4/17	S. Macksoud	Reunião sobre a PEC 5/2016	Francisco Miraglia
2/5/17	Adunicamp	Movimento Docente Hoje	César Minto
24/5/17	Alesp- SP	Debate sobre os hospitais universitários	César Minto
3/6/17	USP-Butantã	9º na USP – Rede Emancipa	Francisco Miraglia
25/8/17	USP-Butantã	Reforma do CEE	Ana Costa
30/8/17	Alesp-SP	Reunião "Em defesa das universidades públicas no Estado de São Paulo"	César Minto Rodrigo Ricupero
27/9/17	Alesp-SP	Reunião sobre o marco legal de Ciência e Tecnologia e Inovação	César Minto
6/10/17	USP-Butantã	Debate "Estrutura de poder na universidade e Democracia"	Rodrigo Ricupero
17/10/17	USP-Butantã	Debate sobre o HU, org. pelo Coletivo Butantã na Luta	Cláudio Alvarenga
17/10/17	Alesp-SP	Reunião sobre PL 920/2017	César Minto
18/10/17	Alesp-SP	Reunião sobre o marco legal de C&T e Tecnologia e Inovação e Decreto 62.817	César Minto
26/10/17	Alesp-SP	Reunião sobre PL 920/2017	César Minto
9/11/17	Adunicamp	Debate "Precarização no Trabalho Docente nas IES"	Ciro Correia
22/11/17	Alesp-SP	Audiência Pública em defesa do Hospital Universitário da USP	Márcia Car
28/11/17	Alesp-SP	Reunião sobre PL 920/2017	César Minto
29/11/17	UERJ	Debate sobre o financiamento nas universidades estaduais	César Minto
26/02/18	USP-Butantã	Recepção aos ingressantes do curso de Letras	Waldir Bevidas

8. Eleições para a diretoria da Adusp e Conselho de Representantes (CR)

O pleito para a nova diretoria da Adusp (biênio 2017-2019) ocorreu de 29 a 31 de maio de 2017 simultaneamente à votação para renovação de parte do Conselho de Representantes (CR) da entidade.

A chapa “Em defesa da USP: pública, gratuita e de qualidade” foi a única a concorrer à direção da entidade e foi eleita com 503 votos dos 520 apurados.

A diretoria, empossada em primeiro de julho de 2017, tem a seguinte composição:

Presidente: Rodrigo Ricupero (FFLCH), 1º Vice-Presidente: Ivã Gurgel (IF); 2ª Vice-Presidente: Michele Schultz Ramos (EACH); 1ª Secretária: Ana Luiza da Costa (FE); 2º Secretário: Cláudio Alvarenga de Oliveira (FMVZ); 1º Tesoureiro: Waldir Bevidas (FFLCH); 2ª Tesoureira: Lilian Gregory (FMVZ); Diretora de Ribeirão Preto: Annie Schmaltz Hsiou (FFCLRP); Diretor de Bauru: Eliel Orenha (FOB); Diretor de Piracicaba: Marcos Sorrentino (ESALQ).

Passaram a integrar o Conselho de Representantes (biênio 2017/2019) os docentes: Cláudio Gonçalves e Valéria Flora Hadel (CEBImar); Gerardo Kuntschik e Márcio Moretto Ribeiro (EACH); Jean Pierre Chauvin (ECA); Luiz Jorge Pedrão e Adriana Kátia Corrêa (EERP); Paulo Eduardo Marques e Laura Alves Martinari (ESALQ); Fabiana Cristina Severi e Cynthia Soares Carneiro (FDRP); Teise de Oliveira Garcia e Patricia Ferreira Monticelli (FFCLRP); Eraldo de Oliveira Andrade e Paula Regina Marcelino (FFLCH); Elizabeth Araújo Lima (FM); Katiuchia Uzzun Sales (FMRP), César de Freitas e Sebastião Luiz Grechi (FOB); Sérgio Paulo Amaral Souto e César Gonçalves de Lima (FZEA); Maria Luisa Schmidt e Marie Claire Sekkel (IP).

9. Atuação do Conselho de Representantes (CR)

O Conselho de Representantes, órgão deliberativo da Adusp, reuniu-se cinco vezes no período de abril/17 a março/18.

As principais deliberações do Conselho se referiram a indicação de docentes para compor parte da Comissão Editorial da Revista Adusp; nomeação de integrantes do CR para a Comissão Eleitoral para as eleições da diretoria da entidade e para as unidades sem representação no Conselho; aprovação do relatório anual da tesouraria, previsões orçamentárias e despesas da entidade.

Os representantes colaboraram com a organização das eleições da Adusp e contribuíram no aprofundamento de discussões relativas à campanha salarial, sucessão reitoral e demais questões relativas à comunidade acadêmica ao longo do ano.

10. Comunicação

Entre 24/4/2017 e 6/4/2018 foram publicadas 12 edições do *Informativo Adusp* (435 a 446). Quatro edições tiveram seis páginas: 440, 441, 442, 443; e quatro tiveram oito páginas: 439, 444, 445 e 446.

Foi intensificada a divulgação de matérias na página digital da Adusp quando necessário, sem esperar a publicação do jornal impresso. Matérias assim publicadas, como “M.A. Zago ratificou parecer exorbitante da CERT e retirou do RDIDP um docente da História reconhecido por sua dedicação e engajamento institucional”, ou “Juiz ordena busca e apreensão, na Reitoria da USP, de documentos do projeto conduzido pela McKinsey”, repercutiram e foram compartilhadas centenas de vezes no Facebook, por meio do botão de compartilhamento existente na página digital da Adusp.

Também obteve grande repercussão o noticiário relativo à sindicância aberta pela direção da Esalq contra o professor Marcos Sorrentino, ao longo de novembro de 2017, a partir da publicação do texto intitulado “Professor da Esalq é submetido a sindicância por organizar atividade acadêmica com o MST”.

Foi mantida a prática de comunicar aos docentes, por e-mail, as atualizações ocorridas na página digital da Adusp, bem como comunicar a publicação da versão digital de cada edição do *Informativo Adusp*, com links para as respectivas matérias. Foi intensificado o compartilhamento de matérias na página da Adusp no Facebook.

No período foram lançadas as edições 60 e 61 da *Revista Adusp*, em maio e setembro de 2017 respectivamente. A primeira, com 134 páginas, um dossiê sobre o “produtivismo acadêmico”, com a manchete “Tempo de Reagir”. A segunda, com 142 páginas, um balanço da gestão M.A. Zago-V. Agopyan, com a manchete “USP arrasada”. Ambas com tiragens de 9 mil exemplares (no caso da primeira, essa cota foi alcançada com uma impressão complementar).

Cabe registrar o importante papel exercido pela Comissão Editorial na formulação da pauta da edição 60, e particularmente de alguns de seus integrantes que redigiram artigos e contribuíram com a seleção de material (sendo que o professor Marcos Barbosa de Oliveira colaborou até mesmo com a tradução de textos).

No período também foi mantida a produção do *clipping* sobre educação, embora nem sempre tenha sido possível manter a periodicidade semanal.

11. Informática

Infraestrutura

Manutenção periódica e substituição de componentes quebrados na base instalada de 18 computadores (13 estações de trabalho, 2 notebook e 3 servidores) e 7 impressoras.

Atualizações semanais dos sistemas instalados em cada servidor e estação.

Publicações

Edição de arte, diagramação, produção gráfica, orçamentos das seguintes publicações:

- Informativo Adusp - Edições 433 a 445 (quinzenalmente).
- Revista Adusp – Edições 60 e 61.
- Organizador, calendário 2018 e marcador de livro – Criação, produção gráfica, tomada de preços.
- Material de apoio às Eleições CR e Andes 2018 (cartaz, edital etc.).
- Outros materiais – Folders, filipetas, murais, cartazes, malas-diretas.

Internet

Atualização e manutenção do site e da intranet da Adusp.

Transmissão dos boletins eletrônicos.

Divulgação por mass mailing de todas as atividades da entidade e clipping de imprensa.

Processamento de dados

Processamento das informações referentes ao pagamento da Ação do Gatilho de beneficiários não encontrados até 2018.

Manutenção das bases de docentes, com incorporação mensal dos relatórios da Reitoria e posterior cruzamento para sua atualização. Geração de relatórios mensais de filiação e desfiliação.

Manutenção das bases de tesouraria, folha de pagamento, etiquetas, listas de e-mails de massa (sócios, não-sócios, Co, clipping, Aduspnet).

Suporte ao usuário Adusp

Atendimento a todos os usuários dos computadores da Adusp (funcionários, diretores e visitantes).

Atendimento a docentes

Atendimento a demandas de associados e entidades para criação e produção de materiais impressos (cartazes, folders, cartões).

12. Jurídico

1 - Análise dos aspectos jurídicos pela matéria de título “Reintegração de posse da Creche Oeste é suspensa pelo TJ-SP até que ocorra audiência de conciliação, marcada para 20/4”. Publicada no site da Adusp em 12.04.2017.

2 - Orientação jurídica, inclusive elaboração de minuta de recursos à Congregação da EEFÉ e ao Conselho Universitário para o Prof. Bruno Gualano (EEFE) pretendendo sua transferência para a FM, sendo que para além do preenchimento dos respectivos requisitos legais, vem sendo vítima de assédio moral na sua Unidade. Acompanhamento pelo GT de apoio ao docente. Acompanhamento do jurídico em reuniões com o Prof. Bruno. Análise jurídica das matérias publicadas no site da Adusp (em 22.05.2017, 23.06.2017, 22.08.2017, 23.09.2017, 16.10.2017, 23.11.2017) e Informativo (n. 437, 438, 439, 444).

3 - Análise dos aspectos jurídicos do Editorial e da matéria “Alunos tentam derrubar grade da ECA e PM “Koban” prende e agride um deles” contidos no Informativo Adusp 435.

4 - Amoldamento da tabela complementar confeccionada em janeiro deste ano à alteração promovida pelo Substitutivo da PEC 287/2016, de 03.05.2017 (PEC da Previdência).

5 - Elaboração de minuta de resposta ao ofício da diretoria da EEFÉ n. 003/2017, que buscou censurar a Adusp quanto a haver procurado servidores para informações sobre fatos atinentes à Sindicância do Prof. Bruno Gualano. Ofício Adusp n. 006/2017.

6 - Análise jurídica da matéria de título “CNJ acolhe iniciativa persecutória do presidente do TST, Ives Gandra Filho, contra os juízes do trabalho Jorge Luiz Souto Maior e Valdete Souto Severo” publicada no site da Adusp em 09.06.2017.

7 - Elaboração de nota a respeito da Portaria 162, de 02 de maio de 2017, expedida pela SPPREV para aplicação da decisão do Órgão Especial do TJ-SP na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2165511-31.2014.8.26.0000 conforme a interpretação que então lhe conferiu.

8 - Orientação jurídica e elaboração de minuta de recurso ao Conselho Universitário da Profa. Marilda Lopes Ginez de Lara em face do resultado que vislumbrou-se eivado de ilegalidades do concurso público para Professor Titular da ECA no Departamento de Informação e Cultura, que indicou o Prof. Eugênio Bucci para a vaga em detrimento da Professora. Acompanhamento pelo GT de apoio ao docente. Análise jurídica das matérias publicadas no site da Adusp (em 03.08.2017, 12.09.2017) e Informativo (n. 440).

9 - Elaboração de minuta em resposta ao ofício do Ministério Público

Estadual n. 4260/2017 (referente à representação de objeto apuração de improbidade administrativa cometida por docentes da Poli-USP em burla ao RDIDP, conflito de interesses e enriquecimento ilícito). Ofício Adusp n. 008/2017.

10 - Análise jurídica da matéria de título “Justiça determina à Reitoria que forneça à Adusp toda a documentação relacionada ao caso McKinsey-Comunitas” publicada no site da Adusp em 04.08.2017.

11 - Orientação jurídica e elaboração de documentos ao Prof. José Ernesto Belizário, lotado no ICB, buscando a renovação de seu contrato na USP, considerando seu relato de ilegalidades cometidas em concurso público do qual participou objetivando sua efetivação. Acompanhamento pelo GT de apoio ao docente.

12 - Orientação jurídica para elaboração dos respectivos documentos e acompanhamento da secretária Alexandra Moretti ao 1º Oficial de Registro Civil da Pessoa Jurídica pela advogada Christiane para registro dos atos de eleição da diretoria e conselho de representantes da Adusp gestão 2017-2019.

13 - Nota Jurídica acerca das tratativas entre a diretoria regional da entidade em Ribeirão Preto e a administração do campus quanto ao uso do espaço da subsede de Ribeirão Preto.

14 - Orientação jurídica a respeito de denúncia de exercício da diretoria da OSUSP por pessoa estranha à carreira docente (Lucia Carames Sartorelli).

15 - Orientação jurídica à prof. Cynthia (ICMC) que se encontra ameaçada de mudança de regime de trabalho após gestação. Acompanhamento pelo GT de apoio ao docente.

16 - Orientação jurídica, elaboração de recursos do prof. Paulo Massaro, que teve seu regime de trabalho alterado. Acompanhamento pelo GT de apoio ao docente. Mandado de Segurança impetrado com sentença procedente (publicado na página em fevereiro de 2018: <https://bit.ly/2MaXkAF>).

17 - Elaboração minuta de nota para o site da Adusp e informativo a respeito do direito de reaver retroativos em razão de afastamento de recolhimento ao IAMSPE. Publicado no site em 12.09.2017 e no Informativo n. 440.

18 - Acompanhamento em reunião com advogados da ação do “Gatilho” para obtenção de subsídios para divulgação das informações e tratativas de estratégias para encaminhamento dos valores depositados na conta da Adusp em razão daquela ação. Pendente de encaminhamentos aos cuidados da diretoria.

19 - Orientação jurídica a respeito da solicitação do Andes sobre regularização/contribuição ao CSP-Conlutas. Esclarecimentos que respaldaram

a elaboração, pela diretoria da Adusp, de requerimento ao Andes.

20 - Reunião da advogada Lara e do prof. Ciro com a Profa. Maria Sylvia Zanella di Pietro para possível elaboração de parecer na Ação referente à Resolução USP 4224, que trata da incorporação do RDIDP para efeito de cálculos de proventos. Infelizmente, a iniciativa não teve resposta favorável por parte da Professora.

21 - Nota jurídica sobre a regulamentação da representação discente nos colegiados, em contraposição ao entendimento da reitoria de que cabe à secretaria geral organizar as eleições dessa representação, razão pela qual seria desnecessário o fornecimento de listagem de alunos ao DCE.

22 - Participação das Advogadas Lara Lorena e Christiane do Encontro do Coletivo Jurídico Nacional do Andes, realizado nos dias 24 e 25 de novembro de 2017 em Brasília, na respectiva sede. Relatório elaborado pelo Prof. Ciro Teixeira Correia entregue para a diretoria.

23 - Elaboração de minuta de ofício para questionar a reitoria quanto à imposição de gozo de férias a vários docentes sob suposta aplicação da Portaria GR n. 6785, de 28 de novembro de 2016. Ofício Adusp n. 008/2017.

24 - Acompanhamento em Ato realizado em Piracicaba em desagravo ao Prof. Marcos Sorrentino em 28/11/2017.

25 - Obtido segundo cartão de certificado digital em nome da advogada Lara Lorena para instalação e uso na sede do sistema eletrônico para acesso aos processos digitais na sede da Adusp.

26 - Plantões jurídicos realizados em Piracicaba em 12/2017, 01/2018, 03/2018 e 04/2018.

27 - Realização de seminário em Piracicaba de temática 'Assédio moral' no dia 05/04/2018.

28 - Orientação jurídica e elaboração de documentos aos Profs. José Batista Dal Farra Martins e Maria Thais Lima Santos, lotados na ECA-CAC, que, funcionando como membros de banca de concurso, viram o encaminhamento de carta de denúncia de irregularidades que se afirma ocorridas naquele concurso haver sido encaminhada à Diretoria pelo respectivo Conselho de Departamento sem ouvi-los previamente. Acompanhamento pelo GT de apoio ao docente.

29 - Participação da advogada Lara Lorena em reunião havida entre membros da diretoria da Adusp e representantes do DRH-USP e CODAGE em 06/12.2017 a respeito da interpretação da Resolução 6785, de 28 de novembro de 2016 e compulsoriedade de gozo de férias.

30 - Elaboração de nota técnica a respeito dos limites de legalidade da compulsoriedade de gozo de férias.

31 - Elaboração de proposta de alteração do texto da Resolução USP 6785, de 28 de novembro de 2016.

32 - Esclarecimentos quanto aos aspectos jurídicos da transformação do HU em autarquia ligada ao HC, medida esta sob estudo da reitoria.

33 - Esclarecimentos sobre a expedição do mandado de busca e apreensão na ação para apresentação de documentos pela McKinsey. Posteriormente, diante da apresentação de recurso pela universidade, foi suspenso o cumprimento da medida, decisão que foi objeto de recurso junto ao TJ (<http://www.adusp.org.br/index.php/demousp/3039-no-tj-adusp-contesta-decisao-de-desembargador-que-suspendeu-busca-e-apreensao-na-reitoria>)

34 - Retorno aos interessados, esclarecimentos e atualização durante todo o ano, para divulgação, dos desdobramentos da ação referente à URV.

35 - Esclarecimentos quanto à versão vigente de Regimento da Adusp. Solicitação de alterações pertinentes no site da entidade para facilitação de acesso à informação.

36 - Apoio jurídico em paralelo com a Comissão de Apoio ao Docente ao Prof. Maurício Cardoso, FFLCH, em razão da negativa pela CERT de sua permanência no RDIDP muito embora o entendimento em seu favor pelos demais colegiados. Publicação relacionada à matéria em: <https://bit.ly/2NJytzY>.

37 - Elaboração de minuta de ofício ao Prof. Michel Michaelovitch para vistas do Processo Administrativo n. 17.1.261.21.0 ensejado por denúncia que fez a respeito de irregularidades envolvendo o IO e a FUNDESPA.

38 - Análise da proposta de PEC/Alesp de teto aos servidores públicos de São Paulo.

39 - Reiteração e esclarecimentos sobre o teto salarial aplicado na USP e suas implicações, em razão do contato do prof. Pedro.

40 - Esclarecimentos de estudo de material pesquisado sobre a alocação da UNIVESP nas dependências da USP

41 - Atendimento no plantão jurídico às quartas-feiras, excepcionalmente, nas terças-feiras e sextas feiras, na sede da Adusp e às segundas e quartas-feiras no campus de Ribeirão Preto, com os desdobramentos de praxe: elaboração de requerimentos, ofícios e recursos administrativos, conforme constam nos Relatórios de Atendimentos: Plantão Jurídico da Sede, Plantões extraordinários em caráter experimental em Piracicaba e Plantão Jurídico de Ribeirão Preto.

Relatório de Atendimentos - Plantão Jurídico da Sede				
Período abril/2017 a março/2018				
Mês	Categoria			Subtotal Mês
	Pessoal	Previdenciário	Trabalhista	
Abril/17	2	0	6	8
Maio/17	2	3	8	13
Junho/17	2	3	6	11
Julho/17	1	4	8	13
Agosto/17	4	5	5	14
Setembro/17	2	5	2	9
Outubro/17	1	5	8	14
Novembro/17	1	8	3	12
Dezembro/17	3	6	6	15
Janeiro/18	4	5	2	11
Fevereiro/18	4	8	5	17
Março/18	1	8	4	13
Subtotal por categoria	27	60	63	TOTAL 150

13. Relatório da Regional de Piracicaba

Esclarecimento:

Este relatório é referente ao período de 20 de outubro de 2017 (data da contratação de *secretário júnior* para a regional de Piracicaba) a março de 2018. Entre abril e 19 de outubro de 2017, a regional não contava com secretário.

Mesas e palestras

- 17/11/17: “Para Onde a USP Vai?”, atividade de visita da diretoria da ADUSP nos campi do interior.
- 28/11/17: Mesa Redonda ”Universidade como Patrimônio Público a Serviço da Sociedade: reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia e liberdade de expressão”; organizada como resposta à sindicância contra a IV JURA, em nome do Prof. Marcos Sorrentino.

Atendimento Jurídico

A assessoria jurídica ocorreu regularmente desde dezembro nas seguintes datas:

- 15/12/17: sete professores atendidos.
- 26/01/18: quatro professores atendidos.
- 02/03/18: três professores atendidos.
- 06/04/18: cinco professores atendidos e Comissão Organizadora da V JURA.

Reuniões:

- Participação do Diretor Regional (Prof. Marcos Sorrentino) nas reuniões da Diretoria Ampliada, com frequência média quinzenal.
- Participação do Conselheiro (Prof. Paulo Moruzzi) na reuniões do Conselho de Representantes em março.
- Reuniões locais, entre o Diretor Regional e os membros do Conselho de Representantes, isto é, professores Marcos, Paulo e Laura Martirani, com frequência semanal.
- Reunião local com representantes de docentes por departamento ocorreu no dia 28 de fevereiro.
- Reuniões semanais, do período de dezembro a março, da Comissão Organizadora da V Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária, com participação do Diretor Regional e do secretário júnior (Gabriel Colombo).

- Reuniões com o prefeito do Campus com pauta da Reforma da Sede, 09/01/2018 e 08/03/2018, com a participação do Diretor Regional, do Conselheiro e do secretário júnior.
- Reuniões com Diretor da ESALQ com pauta da V JURA.
- Reunião com ADEALQ – Associação de Ex-Alunos, pauta: reforma da Sede. Diretor Regional esteve presente.

Deliberações:

- Organização de evento político contra a sindicância aberta contra o Prof. Marcos Sorrentino pela realização da IV JURA;
- Oferecer atendimento jurídico na sede regional de Piracicaba;
- Reformar a sede regional de Piracicaba, com o objetivo de criar área de copa e pintar áreas interna e externa;
- Organizar Conselho de Representantes Locais, com um representante docente por departamento ou pavilhão;
- Organização de ciclo de debates – quatro atividades previstas:
 - ◆ 05/04/18, *Stress laboral na atividade docente;*
 - ◆ 17/04/18, *Questão agrária no Brasil: mundialização da agricultura, terras indígenas e violência no campo;*
 - ◆ 18/04/18, *Análise de conjuntura e política brasileira – Quais os caminhos para superar os retrocessos?*
 - ◆ 24/05/18, *Novo estatuto: ameaças e desafios para a carreira docente.*
- Organização da V Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária

14. Relatório da Regional de Pirassununga

Eleições:

- Para representar a FZEA no Conselho de Representantes da Adusp durante o biênio 2017/2019 se candidataram os professores Sérgio Paulo Amaral Souto e César Gonçalves de Lima. No período de votação ocorrido de 29 a 31/05, ambos foram eleitos, respectivamente, a representante titular e suplente.

Eventos:

- Debate com docentes da unidade, com a participação do Presidente da ADUSP Rodrigo Ricupero, Cláudio Alvarenga de Oliveira, Ciro C Teixeira e CR local no dia 16/11/2017.
- Discussão sobre aposentadoria dos docentes: o que há de novo e perspectivas para o futuro.
- Explicação da situação financeira da USP e situação dos docentes.

Greve Geral:

- Participação no ato da greve geral no dia 28/04/2017

Reuniões:

- Participação do Diretor Regional (Prof. Sérgio Paulo) na reunião com a Diretoria em São Paulo, no dia 21/06/2017.
- Participação do Conselheiro (Prof. César) nas reuniões do Conselho de Representantes nos dias 20/06/2017 e 08/11/2017.
- Participação da funcionária (Lucimara) na reunião entre os funcionários e a comissão de negociações da Diretoria no dia 03/07/2017.
- Reunião entre o Diretor Regional e os membros do Conselho de Representantes.
- Reuniões entre os conselheiros (titular e suplente).
- Reuniões com os associados.

15. Relatório das Atividades da Regional de Ribeirão Preto

Eleições realizadas no *Campus* de Ribeirão Preto

- **Diretoria da Adusp – Gestão 2017/19**

A eleição foi realizada nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2017. Urnas foram instaladas nas Unidades do Campus e na Sede Regional.

A Profa. Dr^a. Annie Schmaltz Hsiou – Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP foi reeleita para o cargo de Diretora Regional Ribeirão Preto na Chapa “Em defesa da USP: pública, gratuita e de qualidade”.

- **Conselho de Representantes Adusp. Mandato até maio de 2019**

Eleições realizadas nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2017.

Unidades e respectivos representantes eleitos:

- **Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto:** Titular: Prof. Dr. Luiz Jorge Pedrão; Suplente: Prof^a. Dr^a. Adriana Katia Correa.
- **Faculdade de Direito de Ribeirão Preto:** Titular: Prof^a. Dr^a. Fabiana Cristina Severi; Suplente: Prof^a. Dr^a. Cynthia Soares Carneiro.
- **Faculdade de Filosofia Ciência e Letras de Ribeirão Preto:** Titular: Prof^a. Dr^a. Teise de Oliveira Guaranha Garcia; Suplente: Prof^a. Dr^a. Patrícia Ferreira Monticelli.
- **Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto:** Titular: Prof^a. Dr^a. Katiuchia Uzzun Sales.

Representação da Adusp Regional no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto – COMDEMA

A ADUSP Regional tem mantido sua participação no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Desde de 26 de agosto de 2016 a representação é composta pelo Prof. Dr. Marcelo Pereira (Titular) e Prof^a. Dr^a. Elisabeth Spinelli de Oliveira (Suplente) para um mandato de dois anos – ambos docentes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto–USP.

Reuniões do Conselho de Representantes da Adusp Regional Ribeirão Preto

As reuniões são ampliadas, contando com a presença de docentes que já cumpriram mandato no cargo de Diretor Regional, no Conselho de Representantes e/ou docentes interessados.

Mantemos uma lista de discussão via e-mails que possibilita espaço para

discussões de diversos temas entre os membros do Conselho Regional de Ribeirão Preto.

No período do presente relatório foram realizadas reuniões do Conselho Regional nas datas seguintes:

23/junho/2017 – Aprovação das Atas dos dias 25/nov/2016, 26/jan/2017, 23/fev/2017 e 28/mar/2017, informes da Reunião de Diretoria da Adusp em São Paulo no dia 14/jun/2017 e Organização da Greve Geral de 30/junho/2017;

09/agosto/2017 – Aprovação da Ata do dia 23/06/2017, mudança da sede regional, calendário de atividades para o 2º Semestre;

23/agosto/2017 – Aprovação da Ata do dia 23/06/2017, mudança da Sede Regional, situação da biblioteca e do patrimônio histórico, encaminhamentos das reformas da previdenciária e trabalhista (sugestão de nomes para evento), campanha de filiação e levantamento dos movimentos sociais em Ribeirão Preto para futura interlocução com a Adusp;

20/setembro/2017 – Aprovação das Atas de 09/08/2017 e 23/08/2017 e situação da Sede da Adusp Regional Ribeirão Preto;

01/março/2018 – Aprovação das Atas dos dias 09/08/2017 e 23/08/2017; visita da Diretoria da Adusp Capital aos *Campi* do Interior, calendário de atividades para o 1º semestre de 2018.

Reuniões Extras

26/abril/2017 – Reunião na sede da Adusp Ribeirão Preto para discutir sobre as eleições.

09/maio/2017 – Reunião na sede da Adusp Ribeirão Preto para discutir sobre a montagem da chapa e a escolha da diretoria da Regional Ribeirão Preto.

23/maio/2017 – Reunião na sede da Adusp Ribeirão Preto para discutir sobre as eleições.

30/maio/2017 – Reunião para discutir sobre o ofício enviado à prefeitura do Campus.

Participação da Regional em Reuniões Realizadas na Adusp Capital

14/junho/2017 – Profª. Drª. Annie Schmaltz Hsiou Reunião da Diretoria.

03/julho/2017 – Reunião dos Funcionários com a Diretoria – os funcionários André Luiz de Oliveira e Larissa Bernardes Campos estiveram presentes.

18/outubro/2017 – Profa. Dra. Vera Navarro – Reunião Comissão Editorial da Revista Adusp.

19/fevereiro/2018 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou Reunião da Diretoria.

20/fevereiro/2018 – Profa. Dra. Annie Schmaltz Hsiou Reunião da Diretoria.

Apoio e participação da Regional em Eventos

30/junho/2017 – A Adusp Regional Ribeirão Preto participou da manifestação da Greve Geral em frente ao Teatro Pedro II.

1/dezembro/2017 – Contribuição no valor de R\$400,00 – Evento: “Seminário Racismo e as Instituições” realizado na Faculdade de Direito da USP Ribeirão Preto-SP

Aquisição de Eletrodoméstico para Regional

07/abril/2017 – A Adusp Regional Ribeirão Preto fez a aquisição de uma cadeira ergonômica.

20/junho/2017 – A Adusp Regional Ribeirão Preto fez aquisição de uma Caixa de Som – Ativa Portátil – TRC358.

21/agosto/2017 – A Adusp Regional Ribeirão Preto fez aquisição de um monitor 19.5' LED E1950 20M37AAB.

Mudança de Sede

31/outubro/2016 – Reunião na Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto – pauta: mudança de sede.

18/novembro/2016 – Reunião na Prefeitura do Campus de Ribeirão Preto – pauta: mudança de sede.

24/novembro/2016 – Finalizado o projeto (planta) da Sede da Adusp.

25/novembro/2016 – Reunião do conselho da Adusp Ribeirão Preto para discutir sobre o projeto de reforma da nova sede.

25/novembro/2016 – Recebemos a planilha de custos da reforma da nova sede.

30/novembro/2016 – Enviamos ofício Of. ADUSP-RP/nº20/30 de novembro de 2016 solicitando algumas alterações no projeto.

09/dezembro/2016 – Abertura do processo número 16.1.964.53.8 na Prefeitura Campus Ribeirão Preto-SP.

14/dezembro/2016 – Recebemos um novo projeto, com as alterações solicitadas.

21/dezembro/2016 – Enviamos novo ofício Of. ADUSP-RP/nº22/21 de dezembro de 2016, nos manifestando favoráveis as alterações.

04/janeiro/2017 – Assinado pela diretora regional o processo de mudança da sede da Adusp Regional.

06/janeiro/2017 – Início da confecção do Termo de Permissão de Uso da futura sede da Adusp.

31/janeiro/2017 – Enviado ofício Of. ADUSP-RP/nº03/31 de janeiro de 2017 solicitando novas alterações no projeto.

23/maio/2017 – Recebemos ofício: OF/GP/115/PUSP-RP solicitando documentação para confecção do Termo de Permissão de Uso.

29/maio/2017 – Foi enviado o ofício número: 18/29 de maio de 2017 em resposta ao ofício OF/GP/115/PUSP-RP.

07/julho/2017 – Reunião com o prefeito do Campus para discutir sobre o início das obras.

08/agosto/2017 – Recebemos ofício: OF/GP/172/PUSP-RP solicitando nova documentação para confecção do Termo de Permissão de Uso.

10/agosto/2017 – Publicado no Diário Oficial licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO sob Nº 02/2017 – PUSP-RP.

14/agosto/2017 – Enviado ofício Of. ADUSP-RP/nº23/11 de agosto de 2017 em resposta ao ofício OF/GP/172/PUSP-RP.

14/agosto/2017 – Visitamos a sede da Edusp para possível mudança de local da subsede da Adusp.

17/agosto/2017 – Reunião com o prefeito do Campus para discutir sobre novas instalações da sede provisória.

23/agosto/2017 – Enviado ofício Of. ADUSP-RP/nº24/23 de agosto de 2017 em resposta ao ofício OF/GP/172/PUSP-RP.

06/setembro/2017 – Mudamos para a nova sede situada na rua: Prof. Dr. Clóvis Vieira casa 25.

12/setembro/2017 – Assinado pela diretora regional o Termo de Responsabilidade e Autorização de Uso por Prazo Determinado da sede provisória situada na rua: Prof. Dr. Clóvis Vieira casa 25 e foi entregue as chaves da antiga sede a prefeitura do Campus da USP de Ribeirão Preto.

12/dezembro/2017 – Início da obra da nova sede da Adusp Regional Ribeirão Preto.

Eventos realizados pela Adusp Regional Ribeirão Preto

04/maio/2017 – Palestra: Doutrinação ou censura? Reflexões críticas sobre o projeto “escola sem partido” com o Prof. Dr. Fernando Penna da UFF-RJ e a Maria Rehder – Coordenadora de projetos da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, evento realizado na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

27/setembro/2017 – Atividade sobre: os impactos da Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência e a Conjuntura Nacional com Prof. Dr. Ruy Braga, na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto – USP.

Informática na Regional

Na Sede Regional dispomos de três micros computadores, um notebook, um servidor, duas impressoras e um “access point” para os frequentadores da Sede Regional terem acesso à rede “wireless” fornecida pela USP. Todos os computadores operam com Sistema Linux.

Nos equipamentos são realizadas manutenção e reparos e todas as estações de trabalho recebem atualizações e gerenciamentos. Cópias de segurança dos arquivos são feitas periodicamente. São realizados confecções de materiais de divulgação e gerenciamentos das listas de e-mails.

Atendimento Jurídico da Regional Ribeirão Preto

No período atinente ao relatório em questão, foram realizados plantões semanais, às quartas-feiras, das 10 às 14 horas, na Sede da Regional, para atendimento aos sócios e, havendo necessidade, a Dra. Ana Cristina Nassif Karam Oliveira atendeu em seu escritório e procedeu a orientações sobre dúvidas e questionamentos através de e-mails, colaborando com esclarecimentos jurídicos diversos e elaboração de pareceres.

Atendimentos jurídicos

Período	Atendimentos
Abril/2017	07
Maió/2017	04
Junho/2017	08
Julho/2017	02
Agosto/2017	08
Setembro/2017	04
Outubro/2017	03
Novembro/2017	10
Dezembro/2017	05
Janeiro/2018	12
Fevereiro/2018	17
Março/2018	16

16. Relatório da Tesouraria: abril de 2017 a março de 2018

Análise global das contas da Adusp no período

O presente Relatório pretende fornecer subsídios aos filiados da Adusp para o acompanhamento da evolução das receitas e das principais despesas, ao longo do último ano (período de março-2017 a março-2018).

Tabela 1 – Tabela Global : receitas e despesas totais (R\$)

Período	Contribuição bruta	Repasse Andes	Receita líquida	Despesas totais	Evolução Saldo	Reservas – saldo final
03/2017						R\$ 949.324,14
04/2017	R\$ 339.483,00	R\$ 65.286,89	R\$ 274.196,11	R\$ 252.115,70	R\$ 22.080,41	R\$ 971.404,55
05/2017	R\$ 333.744,65	R\$ 65.120,96	R\$ 268.623,69	R\$ 277.312,76	-R\$ 8.689,07	R\$ 962.715,48
06/2017	R\$ 337.220,27	R\$ 65.114,69	R\$ 272.105,58	R\$ 378.180,71	-R\$ 106.075,13	R\$ 856.640,35
07/2017	R\$ 338.304,15	R\$ 64.929,79	R\$ 273.374,36	R\$ 233.243,38	R\$ 40.130,98	R\$ 896.771,33
08/2017	R\$ 333.392,64	R\$ 65.134,30	R\$ 268.258,34	R\$ 210.453,96	R\$ 57.804,38	R\$ 954.575,71
09/2017	R\$ 328.880,67	R\$ 64.978,54	R\$ 263.902,13	R\$ 266.233,98	-R\$ 2.331,85	R\$ 952.243,86
10/2017	R\$ 328.289,24	R\$ 64.745,06	R\$ 263.544,18	R\$ 247.582,82	R\$ 15.961,36	R\$ 968.205,22
11/2017	R\$ 328.970,09	R\$ 64.509,62	R\$ 264.460,47	R\$ 317.867,69	-R\$ 53.407,22	R\$ 914.798,00
12/2017	R\$ 327.402,72	R\$ 64.602,16	R\$ 262.800,56	R\$ 317.406,28	-R\$ 54.605,72	R\$ 860.192,28
01/2018	R\$ 326.298,20	R\$ 64.310,16	R\$ 261.988,04	R\$ 257.210,25	R\$ 4.777,79	R\$ 864.970,07
02/2018	R\$ 326.795,36	R\$ 64.379,93	R\$ 262.415,43	R\$ 245.913,67	R\$ 16.501,76	R\$ 881.471,83
03/2018	R\$ 327.408,84	R\$ 64.428,03	R\$ 262.980,81	R\$ 266.323,91	-R\$ 3.343,10	R\$ 878.128,73

Tabela 2 – Despesas totais (R\$)

A tabela abaixo relaciona os itens que montam as “despesas totais” conforme as rubricas explicativas logo após a tabela.

	Salários	Assessoria	Encargos	Infraestrutura	Comunicação e Imprensa	Eventos Andes	Outros eventos, patrocínios e doações	Fundos Andes e outras contribuições regulares	Campanhas	Total
Rubricas	2.1.	2.2.	2.3.	2.4.	2.6.	2.7.	2.8.	2.9.	2.10.	
04-2017	94.926,78	20.336,73	R\$ 59.489,76	20.289,71	22.865,63	5.209,83	15.000,00	5.222,95	8.774,31	252.115,70
05-2017	105.220,66	15.153,25	R\$ 59.861,05	18.173,83	27.166,68	2.227,74	8.195,78	5.209,67	36.104,10	277.312,76
06-2017	154.868,78	15.863,68	R\$ 74.685,19	17.165,51	66.922,07	3.411,88	15.270,01	5.209,67	24.783,92	378.180,71
07-2017	108.656,73	15.327,53	R\$ 67.042,94	12.402,66	6.978,96	2.607,48	15.032,70	5.194,38	0,00	233.243,38
08-2017	78.864,71	16.107,53	R\$ 59.100,80	17.812,08	12.113,39	18.343,91	2.900,80	5.210,74	0,00	210.453,96
09-2017	128.043,18	18.781,63	R\$ 57.521,24	21.949,87	30.413,64	0,00	4.326,14	5.198,28	0,00	266.233,98
10-2017	77.218,00	16.132,13	R\$ 59.720,09	22.276,81	53.292,92	5.203,90	3.656,87	5.179,60	4.902,50	247.582,82
11-2017	105.940,86	15.523,28	R\$ 58.450,75	24.400,86	36.359,81	27.890,49	44.140,87	5.160,77	0,00	317.867,69
12-2017	149.659,45	18.573,83	R\$ 92.744,42	18.580,37	27.732,54	0,00	4.947,50	5.168,17	0,00	317.406,28
01-2018	92.596,84	20.016,32	R\$ 84.400,59	12.539,74	16.025,05	18.934,20	7.528,20	5.144,81	24,50	257.210,25
02-2018	121.221,32	17.327,53	R\$ 60.090,07	15.493,37	3.324,39	19.381,62	3.924,98	5.150,39	0,00	245.913,67
03-2018	138.064,62	18.186,87	R\$ 58.851,50	19.808,32	7.423,81	1.901,64	13.300,91	5.154,24	3.632,00	266.323,91

Rubricas:

2.1 – Despesas de salários mensais, 13º salário, férias, benefícios (vale-transporte e vale-refeição) e eventuais empréstimos consignados. Os valores mais elevados respondem pelo 13º salário e meses de férias com antecipação salarial (meses junho e dezembro).

2.2 – Despesas de Assessorias (jurídica, contábil e de imprensa)

2.3 – Encargos trabalhistas (INSS, PIS, IR, FGTS);

2.4 – Despesas de infraestrutura;

2.5 – Não houve no período, refere-se a material permanente;

2.6 – Comunicação e Imprensa. Nos meses de valores elevados, as despesas referem-se a confecção de Revista Adusp (impressão, matérias pagas e distribuição) e cadernos temáticos (C&T, p.ex.), confecção e distribuição de brindes de final de ano (calendário e organizador de mesa).

2.7 – Despesas de eventos Andes (picos em agosto, novembro, janeiro e fevereiro, correspondentes aos CONADs e Congressos Andes anuais);

2.8 – Despesas com outros eventos ocasionais e doações como por exemplo: festa de posse (junho e julho/2017), festa de confraternização de final de ano (novembro/2017), empréstimo para Adunesp (abril/2017) e material de apoio para campanha do HU (outubro/2017);

2.9 – Fundos Andes estatutário (contribuição regular compulsória deliberada em Congresso);

2.10 – Despesas com campanhas salariais, incluindo rateio das atividades e comunicação do Fórum das Seis e de participação na greve geral de 2017;

Última coluna : total das despesas que compõem a coluna 5 da tabela anterior.

Doações e empréstimos

Conforme decisão antiga do Conselho de Representantes (CR) da Adusp, a Diretoria tem delegação para autorizar doações, que não ultrapassem o valor de R\$ 400,00 – valor respeitado até hoje –, para eventos de entidades com as quais temos afinidades nas pautas que defendemos. Empréstimos ou doações superiores demandam aprovação do CR e/ou de assembleias gerais. A Tabela 1, a seguir, arrola todas as doações feitas no período considerado.

Tabela 3 – Doações de maio/2017 a março/2018

Data	Valor (R\$)	Destinação
25/05/2017	400,00	Rede Emancipa
14/06/2017	400,00	DCE
18/07/2017	400,00	Rede Emancipa
18/07/2017	400,00	Projeto Secundarista Teatro
28/07/2017	400,00	Estudantes Secundaristas
12/07/2017	400,00	Comitê em Defesa Direitos Sociais e Democráticos Butantã
04/08/2017	400,00	Associação dos Estudantes Africanos
04/08/2017	400,00	Siproem - Taboão da Serra
29/08/2017	400,00	Indígenas guarani-mbya do Pico do Jaraguá
10/10/2017	400,00	DCE
10/10/2017	800,00	DCE
30/11/2017	69,80	alunos HU CAEE
30/11/2017	128,90	alunos HU CAEE
01/12/2017	400,00	Seminário Racismo
12/01/2018	400,00	Passe Livre
10/01/2018	773,60	Aluguel de ônibus para Alesp
10/01/2018	1.700,00	ADURN
15/01/2018	773,60	Aluguel de ônibus para Alesp HU
09/02/2018	489,74	Passagem aérea Virginia Fontes JURA
06/03/2018	1.500,00	Impressão panfletos HU
09/03/2018	2.980,00	Impressão panfletos HU
Total	14.015,64	

Os empréstimos concedidos no período deste relatório somam R\$ 30 mil

reais para a ADUNESP, em março de 2017, cujo pagamento vem sendo feito mensalmente desde fevereiro de 2018, em 30 parcelas de R\$ 1 mil.

Observações finais

Dos salários referência dos filiados (e não do bruto) é descontado 1% de contribuição sindical. A contribuição líquida da Adusp corresponde a 78,4% dessa contribuição sindical, face aos repasses para o Andes-SN que somam 21,6% do total da contribuição, ou seja, aqui já está descontado o repasse do Fundo Especial de Greve e Solidariedade.

Os funcionários da ADUSP são regidos pela CLT: as variações mensais mais significativas decorrem, entre outros motivos, de adiantamentos de férias, descontados no mês seguinte e 13º salário (vide, por exemplo, os meses de junho e dezembro).

Rodrigo Ricupero – Presidente

Waldir Beividas – Tesoureiro